



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 153

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Valdir Rossoni*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Democratas *Plauto Miró*
PT *Elton Welter*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
PTB *Fábio Camargo*
Bloco PPS/PMN *Dr. Batista*
Bloco PSB/PR/PRB/PV *Reni Pereira*

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 153

140ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Comunicados 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 07

Pequeno Expediente:

Dep. Jocelito Canto 10

Dep. Geraldo Cartário 12

Dep. Luiz Eduardo Cheida 13

Dep. Marcelo Rangel 13

Grande Expediente:

Dep. Ney Leprevost 15

Sr. Francisco Simeão 18

Horário das Lideranças:

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto 11

Liderança do PPS

Dep. Marcelo Rangel 14

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 20

Discussão/Votação

1ª Discussão 20

Redação Final 20

3ª Discussão 21

2ª Discussão 21

1ª Discussão 21

Requerimentos 23

Encerramento da Sessão 27

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 27

Diretoria Geral

Portarias 38

Portarias DAT 39

Ata de Comissão

Tomada de Contas 39

Publicações Administrativas:

Resultado de Pregão Eletrônico 40

DIÁRIO Nº 153

140ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 140ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

27 DE NOVEMBRO DE 2007

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi,

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Milton Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (47).

Felipe Lucas, Elio Rusch e Pedro Ivo (04).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Edgar Bueno, Professor Luizão e a Sra. Deputada Rosane Ferreira (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 386/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 008/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, por considerá-lo inconstitucional, em razão dos motivos expostos. À **Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs CTL/CC 383, 384 e 385/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

539/07: do Poder Executivo que, prorroga os efeitos da Lei nº 11255/95, que teve seu prazo prorrogado pelas Leis nºs 13570/02, 14552/04 e 14890/05, que trata de indenização às pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas, entre os dias 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, conforme específica; o qual convertido em Lei tomou o nº 15671.

Anote-se - Arquite-se.

015/07: de autoria dos Deputados Tadeu Veneri e Rosane Ferreira que, cria o Programa de Conservação e Uso Racional da Água nas Edificações Públicas do Paraná, conforme específica e adota outras providências; o qual convertido em Lei tomou o nº 15672. **Anote-se - Arquite-se.**

477/07: de autoria da Bancada do PT que, dispõe que o estado do Paraná reconhece os Faxinais e sua territorialidade, conforme específica; o qual convertido em Lei tomou o nº 15673. **Anote-se - Arquite-se.**

Comunicados

Sob o nº AL000776/07 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação junto ao Programa PROEP. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000781/07 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação junto ao Programa PNATE. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000810/07 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação junto ao Programa PNAE. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000811/07 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação junto ao Programa PNAC - PNAE Creche. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000812/07 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação junto ao Programa PNAC - PNAI - PNAE Indígena. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 370/07

SÚMULA:

Sugere competições para atletas portadores de necessidades especiais, nos jogos realizados pelo Paraná Esportes.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Marcelo Rangel dirige-se à V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Sugere como programa complementar obrigatório dos Jogos Abertos do Estado do Paraná, dos Jogos da Juventude do Estado do Paraná, a realização de competições para atletas portadores de necessidades especiais.

II - O Paraná Esporte agendará as competições para atletas portadores de necessidades especiais, logo após a realização dos jogos descritos no *caput* do artigo 1º, aproveitando as praças esportivas e acomodações utilizadas, com as adaptações necessárias.

III - Estamos apresentando a presente indicação, procurando atender a integração das pessoas portadoras de deficiência insere-se no conjunto do processo político, econômico e social, e exige a formulação e o desenvolvimento de programas nos diferentes níveis da administração e a conjugação de todos os segmentos da organização social e da vida coletiva.

Os indivíduos sofrem no corpo e na mente as deficiências que o atingem, o preconceito e o desconhecimento ferem a cidadania, e afetam a organização da sociedade.

Sala das Sessões, em 27.11.07.

(a) MARCELO RANGEL

INDICAÇÃO Nº 371/07

SÚMULA:

Sugere a implantação de um centro de fisioterapia nas dependências do Asilo São Vicente de Paulo de Jandaia do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se à V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Sugere a implantação de um centro de fisioterapia nas dependências do Asilo São Vicente de Paulo de Jandaia do Sul.

II - Estamos apresentando a presente indicação, procurando beneficiar com o sistema asilar social a 62 internos idosos de ambos os sexos, proporcionando-lhes a garantia de alimentação, moradia, vestuário, cuidados de higiene e assistência médica e odontológica.

Sala das Sessões, em 27.11.07.

(a) DR. BATISTA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3528

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 27.11.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 3520

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atividades regimentais, REQUER, após a anuência do soberano Plenário, que o Grande Expediente desta Casa, do próximo dia 13 de dezembro, seja utilizado pelo magnífico Reitor da Universidade Estadual de Londrina, professor Wilmar Sachetin Marçal, para relatar, a todos nós Parlamentares, as atividades que vem desenvolvendo no comando da instituição, inclusive para confirmar ou desmentir notícias que circulam sobre cortes de comissionados e funções gratificadas na UEL.

Sala das Sessões, em 27.11.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 3518

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam externados e inseridos nos Anais desta Casa, votos de congratulações à Transportadora Nichele Ltda., em nome de seu Diretor Presidente Dunimir Luiz Nichele, pelo recebimento do prêmio Global Hauler of the Year 2006 - EXXONMOBIL.

O prêmio oferecido pela EXXONMOBIL, atualmente a maior empresa petrolífera do mundo em faturamento e a segunda em valor de mercado, promove anualmente a premiação de transportadoras que priorizam em sua missão prática, eficiência, segurança, saúde e o meio ambiente, fatores que são seguidos à risca pela empresa de Transportes Nichele Ltda., que representou o Brasil, o Paraná, e conseqüentemente, o município de Fazenda Rio Grande, onde se localiza sua sede, e conquistou o prêmio de Transportador do Ano da América Central, Caribe e América do Sul.

Em julho de 2007 em Londres-Inglaterra a Transportadora Nichele representando a América Latina foi concorrer com outras transportadoras, sendo mais uma da América Latina, duas da América do Norte, uma representante dos Estados Unidos, uma do Canadá, uma da Tailândia, uma da Tunísia, duas do Japão e duas representantes da Europa, uma de Portugal e outra da Alemanha, com os mesmos índices de eficiência e segurança para a premiação do Global Hauler of the Year 2006, todas as transportadoras à serviço da EXXONMOBIL, a empresa paranaense, localizada à BR 116, Km 121, conquistou o primeiro lugar, mostrando ao mundo que o município de Fazenda Rio Grande possui potencial em eficiência de trabalho, competência em mão-de-obra e responsabilidade com o meio ambiente.

É por este e outros motivos que faz-se honroso os votos de congratulação à Nichele Ltda., representada pelo seu Diretor o Sr. Dunimir Luiz Nichele e toda sua equipe que trabalha com afino e garra.

Sala das Sessões, em 27.11.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 3525

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Prefeito do município de Mandaguaçu, Dr. José Antônio Gargantini, e ao Presidente da Câmara, Vereador Artur Emilio de Azevedo, em razão do 55º aniversário do município e pela 3ª EXPOMANDAGUAÇU Rodeio.

A Comunidade mandaguaçuense merecem o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esses eventos.

Sala das Sessões, em 27.11.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3523

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor e congratulações ao radialista Ricardo Spinosa, pelos 50 anos de profissão no radialismo.

Sala das Sessões, em 27.11.07.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O voto de louvor e congratulações proposto, vem fazer justiça ao ilustre radialista Ricardo Spinosa, pelos 50 anos como comunicador. Nascido em Barra Funda de Paraguaçu Paulista, onde conheceu sua esposa Judite, com quem teve 4 filhos que lhe deram 6 netas, e também, onde iniciou sua carreira na Rádio Clube Marconi. Está em Londrina desde 1967. Foi professor universitário da UEL, é empresário, jornalista, advogado, Vice-Presidente da Associação de Emissoras de Rádiodifusão do Paraná. Deu a Londrina a primeira emissora de FM que está no ar há mais de 29 anos, a Rádio Paiquerê FM, a qual está sob seu comando desde a fundação.

REQUERIMENTO Nº 3513

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça, Milton Riquelme de Macedo, solicitando os seguintes documentos e informações:

1. O Ministério Público promoveu uma ação contra o Governo do Estado do Paraná, para que este implantasse mais UTIs na cidade de Ponta Grossa, obteve liminar favorável ao pedido, concedida pela Dra. Noeli Reback, Juíza da Vara da Infância e da Adolescência da cidade de Ponta Grossa, o Tribunal de Justiça revogou esta liminar. O Ministério Público recorreu da decisão do Tribunal de Justiça? Em caso afirmativo, qual foi a decisão final?

2. O Ministério Público promoveu alguma ação contra a Santa Casa de Ponta Grossa, para que esta colocasse em funcionamento UTIs neonatal? Em caso de resposta afirmativa, qual foi o resultado?

Sala das Sessões, em 27.11.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3514

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça, Milton Riquelme de Macedo, solicitando os seguintes documentos e informações:

- O Relatório de Auditoria nº 012/07, realizado pelo Promotor de Justiça Dr. Fuad Faraj, apresenta

informações sobre a saúde da cidade de Ponta Grossa. O referido relatório se baseia em prontuários médicos e em certidões de óbito, desta forma, anexar cópia dos prontuários médicos e das certidões de óbito utilizados nesta auditoria, com o respectivo CID (Código Internacional de Doenças), para verificar qual foi a causa do óbito.

Sala das Sessões, em 27.11.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3515

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Nestor Baptista, solicitando os seguintes documentos e informações, tendo em vista as informações divulgadas pelo jornal Gazeta do Povo, de 15 de novembro de 2007, referente aos valores das despesas a título de adiantamento do citado tribunal. Questionamos:

a) Quantas viagens foram realizadas durante os anos de 2006 e 2007?

b) Quais os destinos? Número de pessoas que viajaram? Número de dias de afastamento?

c) Em que hotéis ficaram hospedados?

d) Para recebimento do adiantamento foi realizada projeção dos custos? Quem aprovou a despesa?

e) Há prestação de contas das despesas com juntada de notas fiscais? Quem aprova esta prestação de contas? Há conferência dos valores?

f) Considerando que o TCE divulga antecipadamente seus treinamentos (com data, local e prazo do evento), e considerando que este órgão utiliza a divisão por região, coberta por associação e, normalmente tais treinamentos se realizam nas mesmas cidades. Por que motivo, não se realiza o regular procedimento licitatório, para contratação de despesas de viagem e hospedagem?

Sala das Sessões, em 27.11.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3516

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando os seguintes documentos e informações:

- Quantos aparelhos celulares são utilizados pelo Governo do Estado?

- Houve processo licitatório para a contratação da empresa operadora? Em caso negativo, qual foi o processo utilizado para esta escolha?

- Qual é a empresa operadora dos aparelhos celulares utilizados pelo Governo do Estado?

- Há limite de gastos para cada celular? Qual é este limite? Qual é a fórmula utilizada para se chegar a este limite?

- Quanto o Governo do Estado gastou com contas de celular no ano de 2006 e em 2007 até o presente momento? Anexar cópia dos gastos.

Sala das Sessões, em 27.11.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3517

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda, Heron Arzua, solicitando os seguintes documentos e informações:

1) havia previsão orçamentária no PPA do período de 2000 à 2003, para construção do hospital regional da cidade de Ponta Grossa?

2) Em caso afirmativo, qual o valor previsto no orçamento? Anexar cópia do referido PPA.

Sala das Sessões, em 27.11.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3519

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador José Antonio Vidal Coelho, solicitando os seguintes documentos e informações:

1) Que entidades formam a comissão examinadora do concurso de ingresso na atividade notarial e de registro do estado do Paraná?

2) Que requisitos são necessários para compor a comissão examinadora?

3) Como são feitas as provas? A comissão organiza ou é contratada empresa ou entidade especializada em concurso público?

4) A comissão examinadora instituída em 2005 tinha como membro o Sr. Alvaro Quadros Neto?

5) Em caso afirmativo, qual a escolaridade e titulação do mesmo?

6) Juntar cópia do edital de abertura do concurso público nº 02/06 para ingresso na atividade notarial e de registro, bem como todos os editais relativos a este concurso.

7) O Sr. Alvaro Quadros Neto, em 2005, bem como seu pai, efetuaram a inscrição para participarem da seleção promovida para ingresso na atividade notarial e de registro? Juntar documento das inscrições mencionadas, conforme constou no edital de concurso público nº 02/06.

8) Tais inscrições foram canceladas? Se a resposta for afirmativa, qual foi o motivo? Quem solicitou o cancelamento?

9) O Sr. Alvaro de Quadros Neto é notário ou registrador?

10) O Cartório Distrital de Pinheirinho, na cidade de Curitiba, ficou vago em 2004?

11) Em caso afirmativo por que motivo não foi obedecido o disposto no parágrafo 2º do artigo 39 da Lei nº 8935/94, que determina a designação do substituto mais antigo para responder pelo expediente?

12) Por que motivo, estando vago, não foi incluído o Cartório Distrital de Pinheirinho no concurso até o presente momento?

13) Considerando que o Sr. Alvaro de Quadros Neto é titular do 2º Registro de Imóveis de Ponta Grossa, por que razão assumiu concomitantemente o Cartório Distrital de Pinheirinho? O mesmo se faz presente continuamente em ambos locais? Possui habilitação para o exercício da atividade de notário e de registrador concomitantemente?

14) Com a criação do 3º Registro de Imóveis, quem poderá exercer a opção pelo novo serviço?

Sala das Sessões, em 27.11.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3527

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, informações da Mesa Executiva, referente à formação da Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, nesta Casa de Leis.

1) Qual a data de formação da Liderança do PTB nesta Assembléia Legislativa?

2) Quantos e quais parlamentares pertenciam a referida liderança?

3) Qual a data da mudança do Regimento Interno da Assembléia Legislativa que reduziu o número mínimo de parlamentares quando formação de lideranças partidárias e blocos partidários?

4) Quando entrou em vigor esta mudança?

5) A Liderança do PTB passou a ter menos Deputados que o mínimo exigido para a composição de lideranças conforme o Regimento Interno, a partir de qual data?

6) A liderança sem a constituição mínima de Deputados, tem direito a cota mensal de combustível, direito a nomear funcionários em cargos de comissão, despesas de correio, material de expediente e cota de xerox?

7) A Liderança do PTB informou à Mesa Executiva, que estaria sem a constituição mínima para ter direito aos benefícios de uma liderança partidária?

8) Foram cessados todos os benefícios para a extinta Liderança do PTB?

9) Qual será a atitude a ser tomada pela Mesa Executiva desta Casa em relação ao ressarcimento de valores pagos indevidos, se houverem no referido caso?

10) Quais são os funcionários comissionados lotados na liderança do PTB?

11) Qual a data de nomeação dos funcionários da Liderança do PTB? Enviar xerocópia dos atos de nomeação.

12) Qual a data de exoneração dos funcionários da Liderança do PTB? Enviar xerocópia dos atos de exoneração.

13) Quem recebia o cheque referente as despesas mensais de combustíveis da Liderança do PTB?

14) Estes cheques foram descontados diretamente no caixa do Banco Itaú?

15) Estes cheques foram depositados em conta corrente?

16) Quem é o titular da conta corrente em que foram depositados os cheques do combustível?

17) Enviar xerocópia das prestações de contas entregues na Diretoria Financeira, referente as despesas de combustível desde a constituição da Liderança do PTB.

Sala das Sessões, em 27.11.07.

(a) MARCELO RANGEL

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 837/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa de Estímulo à Cidadania do Estado do Paraná, com o objetivo de incentivar os adquirentes de mercadorias, bens e serviços de transporte interestadual e intermunicipal a exigir do fornecedor a entrega de documento fiscal hábil.

Parágrafo Único. O acréscimo de arrecadação previsto no Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná deverá ser adicionado à arrecadação prevista na Lei nº 15339 de 2007, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2008.

Art. 2º A pessoa natural ou jurídica que adquirir mercadorias, bens ou serviços de transporte interestadual e intermunicipal de estabelecimento fornecedor localizado no estado do Paraná, que seja contribuinte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, fará jus ao recebimento de créditos do Tesouro do Estado.

§ 1º Os créditos previstos no *caput* deste artigo somente serão concedidos se o documento relativo à aquisição for um Documento Fiscal Eletrônico, assim entendido aquele constante de relação a ser divulgada pela Secretaria da Fazenda.

§ 2º Os créditos previstos no *caput* deste artigo não serão concedidos:

I - na hipótese de aquisições que não sejam sujeitas à tributação pelo ICMS;

II - relativamente às operações de fornecimento de energia elétrica e gás canalizado ou de prestação de serviço de comunicação;

III - se o adquirente for:

a) contribuinte do ICMS sujeito ao regime periódico de apuração;

b) órgão da administração pública direta da união, dos estados e dos municípios, bem como suas autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela união, pelos estados ou pelos municípios, exceto as instituições financeiras e assemelhadas;

4. na hipótese o documento emitido pelo fornecedor:

a) não ser documento fiscal hábil;

b) não indicar corretamente o adquirente;

c) tiver sido emitido mediante fraude, dolo ou simulação.

Art. 3º O valor correspondente a até 30% (trinta por cento) do ICMS, efetivamente recolhido por cada estabelecimento, será atribuído como crédito aos adquirentes de mercadorias, bens e serviços de transporte interestadual e intermunicipal na proporção do valor de suas aquisições em relação ao valor total das operações e prestações realizadas pelo estabelecimento fornecedor no período.

§ 1º Para fins de cálculo do valor do crédito a ser concedido aos adquirentes, será considerado:

a) o mês de referência em que ocorreram os fornecimentos;

b) o valor do ICMS recolhido relativamente ao mês de referência na alínea a.

§ 2º A cada R\$ 100,00 (cem reais) em compras registradas em Documentos Fiscais Eletrônicos, o adquirente fará jus a um cupom numerado para concorrer, gratuitamente, a sorteio a que se refere o inciso III do artigo 4º, na forma a ser disciplinada pela Secretaria da Fazenda.

Art. 4º A Secretaria da Fazenda poderá, atendidas as demais condições previstas nesta lei:

I - estabelecer cronograma para a implementação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná e definir o percentual de que trata o *caput* do artigo 3º, em razão da atividade econômica preponderante, do regime de apuração do imposto, do porte econômico do fornecedor ou da região geográfica de localização do estabelecimento fornecedor;

II - autorizar o direito de crédito em relação a documentos fiscais emitidos em papel, desde que sejam objeto de Registro Eletrônico na forma estabelecida pela Secretaria da Fazenda;

III - instituir sistema de sorteio de prêmios para os consumidores finais, pessoa natural ou as entidades a que se refere o inciso IV deste artigo, identificados em Documento Fiscal Eletrônico, observado o disposto na legislação federal;

IV - permitir que entidades paranaenses de assistência social, sem fins lucrativos, cadastradas na Secretaria da Fazenda, sejam indicadas como favorecidas pelo

crédito previsto no artigo 2º, no caso de o Documento Fiscal Eletrônico não indicar o nome do consumidor.

Art. 5º A pessoa natural ou jurídica que receber os créditos a que se refere o artigo 2º desta lei, na forma e nas condições estabelecidas pelo Poder Executivo, poderão:

I - utilizar os créditos para reduzir o valor do débito do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA do exercício seguinte;

II - transferir os créditos para outra pessoa natural ou jurídica;

III - solicitar depósito dos créditos em conta corrente ou poupança, mantida em instituição do Sistema Financeiro Nacional, ou o crédito em cartão de crédito emitido no Brasil.

§ 1º O depósito ou o crédito a que se refere o inciso III deste artigo somente poderá ser efetuado se o valor a ser creditado corresponder a, no mínimo, R\$ 25,00 (vinte e cinco reais).

§ 2º Serão cancelados os créditos que não forem utilizados no prazo de 5 (cinco) anos, contados da data em que tiverem sido disponibilizados pela Secretaria da Fazenda.

§ 3º Não poderão utilizar os créditos os inadimplentes em relação a obrigações pecuniárias, de natureza tributária ou não-tributária, do estado do Paraná.

§ 4º Os créditos relativos a aquisições ocorridas entre os meses de janeiro a junho poderão ser utilizados a partir do mês de outubro do mesmo ano-calendário; e os relativos a aquisições entre os meses de julho a dezembro, a partir do mês de abril do ano-calendário seguinte.

§ 5º O IPVA, quando abatido ou quitado pelo crédito previsto no artigo 2º, não poderá sofrer qualquer decréscimo quanto ao cálculo do percentual destinado aos municípios.

Art. 6º O Poder Executivo promoverá campanhas de educação fiscal com o objetivo de informar, esclarecer e orientar sobre:

I - o direito e o dever de exigir que o fornecedor cumpra suas obrigações tributárias e emita documento fiscal válido a cada operação ou prestação;

II - o exercício do direito de que trata o artigo 2º desta lei;

III - os meios disponíveis para verificar se o fornecedor está adimplente com suas obrigações tributárias perante o estado do Paraná;

IV - a verificação da geração do crédito relativo a determinada aquisição e do seu saldo de créditos;

V - documentos fiscais e equipamentos a eles relativos.

Art. 7º Ficarão sujeitos a multa no montante equivalente a 100 Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná (UPF-PR) ou outro indicador fiscal que vier substituí-la, por documento não emitido ou entregue, a ser aplicada na

forma da legislação de proteção e defesa do consumidor, o fornecedor que deixar de emitir ou de entregar ao consumidor documento fiscal hábil, relativo ao fornecimento de mercadorias, bens ou serviços, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação.

Parágrafo Único. Ficarão sujeitos à mesma penalidade o fornecedor que violar o direito do consumidor pela prática das seguintes condutas:

a) emitir documento fiscal que não seja hábil ou que não seja o adequado ao respectivo fornecimento;

b) deixar de efetuar o registro eletrônico do documento fiscal na Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, quando o registro for exigido pela legislação.

Art. 8º Os créditos a que se referem o artigo 2º e o inciso IV do artigo 4º desta lei, bem como os recursos destinados ao sorteio de prêmios previsto no inciso III do referido artigo 4º, serão contabilizados à conta da receita do ICMS.

Art. 9º O Poder Executivo manterá, por intermédio da Caixa Econômica Federal Linha de Crédito Especial destinada à pequena e microempresa a fim de financiar, total ou parcialmente, o investimento necessário à implantação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná.

Art. 10 O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, quadrimestralmente, Relatório de Prestação de Contas e Balanço dos créditos concedidos nos moldes do exercício do direito de que trata o artigo 2º desta lei, com indicação detalhada de todas as operações realizadas.

Art. 11 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.11.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O objetivo do projeto de lei proposto é instituir o Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná, que tem como objetivo estimular o hábito de os adquirentes de mercadorias, bens e serviços de transporte interestadual e intermunicipal exigirem do fornecedor a entrega de documento fiscal hábil, colaborando assim com a fiscalização de tributos e com a redução da evasão fiscal.

Os artigos 2º, 3º e 4º dispõem sobre a concessão de crédito pelo Governo Estadual à pessoa que adquirir mercadorias, bens e serviços interestadual e intermunicipal fornecidos por estabelecimentos localizados neste estado, desde que o consumidor exija a emissão de Documento Fiscal Eletrônico ou de outro documento fiscal hábil que tenha sido objeto de registro eletrônico na forma estabelecida pela Secretaria da Fazenda.

O crédito concedido poderá ser utilizado para reduzir o valor do débito do IPVA do exercício seguinte,

depositado em conta corrente ou de poupança, ou creditado em cartão de crédito, conforme disposto no artigo 5º.

O artigo 6º dispõe que o Poder Executivo irá promover campanhas educativas para informar e orientar a população sobre o direito e o dever de exigir a emissão de documentos fiscais a cada operação e prestação, a forma de receber e utilizar o crédito previsto no artigo 2º desta minuta e os meios de verificar se o fornecedor está adimplente com suas obrigações tributárias perante o estado do Paraná.

O artigo 7º disciplina o direito do consumidor de receber as mercadorias, bens ou serviços devidamente acompanhados de documento fiscal hábil, prevendo penalidades ao fornecedor que violar tal direito. Assim, prevê a aplicação de pena de multa ao fornecedor que deixar de emitir e entregar o documento ao consumidor, entregar documento que não seja o adequado, ou ainda deixar de efetuar o registro do documento, quando este for obrigatório.

O artigo 8º estabelece as regras para contabilização dos créditos atribuídos aos consumidores.

Os artigos 9º e 10 dispõem acerca da isenção da cobrança de taxas nos casos de parcelamento de débitos por meio de débito em conta corrente, expedição de guias de recolhimento e emissão de certidões negativas pela internet.

Desta forma esperamos o devido apoio e a consequente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 838/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro de Educação Infantil Governador José Richa, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.11.07.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Educação Infantil Governador José Richa, fundada em 1984 pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e está localizada no município de Londrina - estado do Paraná.

Tem por objetivo atender crianças pobres e suas famílias, no campo educacional, pedagógico, assistencial e filantrópico.

A entidade atende cerca de 120 alunos de 0 a 5 anos.

Pela importância de seu trabalho, indicado nos documentos em anexo, solicitamos a declaração de utilidade pública da instituição.

PROJETO DE LEI Nº 839/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os municípios que possuem sistemas de armazenamento e reciclagem, nos termos dessa lei, passarão a receber 2% (dois por cento) da repartição do ICMS, previstos na Lei Estadual nº 9491, de 21 de dezembro de 1990.

Art. 2º Para ter direito ao repasse do percentual mencionado no artigo anterior o município deverá, a partir do exercício fiscal de 2008, atender as seguintes condições:

§ 1º Reciclar os seguintes percentuais mínimos do lixo coletado no município:

Até dezembro de 2010: Reciclar, no mínimo, 20% do lixo coletado;

Até dezembro de 2015: Reciclar, no mínimo, 30% do lixo coletado;

Até dezembro de 2020: Reciclar, no mínimo, 35% do lixo coletado;

Até dezembro de 2025: Reciclar, no mínimo, 40% do lixo coletado;

Até dezembro de 2030: Reciclar, no mínimo, 45% do lixo coletado;

Até dezembro de 2035: Reciclar, no mínimo, 50% do lixo coletado;

Até dezembro de 2040: Reciclar, no mínimo, 55% do lixo coletado;

Até dezembro de 2045: Reciclar, no mínimo, 60% do lixo coletado;

Até dezembro de 2050: Reciclar, no mínimo, 65% do lixo coletado;

§ 2º Possuir sistema de destinação final do lixo não reciclável, em sistema de aterro sanitário, ou outro sistema ecologicamente menos danoso, desde que devidamente certificado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, sendo vedado o repasse de referida verba aos municípios que armazenem o lixo urbano na forma de "lixões", ainda que de forma parcial.

Art. 3º Para atendimento desta lei poderão os municípios instituir sistemas de coleta, armazenamento e reciclagem do lixo em consórcio com outros municípios.

Art. 4º Os municípios deverão cadastrar as unidades de reciclagem e o destino final do lixo não reciclável junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente - que ficará responsável pela aferição do enquadramento do município aos critérios dispostos nesta lei.

Art. 5º Em contrapartida aos esforços municipais, o estado do Paraná, criará, através de suas agências de fomento, linhas de crédito para que os município, isola-

damente ou em consórcio, adquiram equipamentos e adotem sistemas de reciclagem de lixo.

Ficam alterados os incisos V e VI, do artigo 1º, da Lei nº 9491/90, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º...

V - um por cento (1%), considerada a área territorial do município em relação à do estado, em metros quadrados, conforme registros atualizados fornecidos pelo Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF;

VI - um por cento (1%), como fator de distribuição igualitária a todos os municípios.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.11.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

Apoiamento:

Duílio Genari, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Carlos Martins, Reni Pereira, Nelson Justus, Ney Leprevost, Luiz Accorsi, Dobrandino da Silva, Geraldo Cartário, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Ribas Carli Filho, Pastor Edson Praczyk, Antonio Belinati, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel e Dr. Batista.

JUSTIFICATIVA:

No estado do Paraná, a ausência de incentivo fiscal, praticamente inviabiliza, a instalação, nos pequenos e médios municípios de sistema de reciclagem de lixo sólido, os quais, na maioria das vezes, acabam por dar destinação final, através dos chamados “lixões” altamente danosos ao meio ambiente.

Grande parte desse desinteresse decorre do fato da legislação estadual, desde a Constituição Estadual até a Lei Complementar nº 059/91 (ICMS ecológico) não prever incentivos fiscais para os municípios implantarem a coleta seletiva, a reciclagem e a compostagem do lixo orgânico sólido.

Diante disso, o presente projeto de lei prevê que o percentual de 1% do ICMS destinado aos municípios, previsto na Lei nº 9491/90, seja repartido entre os municípios que adotarem sistemas de coleta, reciclagem e destinação final de resíduos sólidos, mais apropriados e ecologicamente menos danosos que os utilizados atualmente pela maioria dos municípios paranaenses.

A adequação dos municípios aos índices estabelecidos no projeto será gradual, iniciando-se com 10% de reciclagem até o ano de 2015 e 55% até o ano de 2050, o que se espera seja superado com a crescente conscientização ecológica e os avanços tecnológicos na área de reciclagem.

Outro aspecto importante desta lei é a exigência de que todos os municípios, para se adequarem a lei deverão extinguir os chamados “lixões”, com a adoção do sistema de aterro sanitário, ou, sistema menos poluente, da parte não reciclada dos resíduos sólidos coletados no município, o que trará enormes benefícios ambientais.

Prevê o projeto de lei a possibilidade de que os municípios se organizem em consórcios municipais para adotarem soluções conjuntas de coleta, reciclagem e destinação final de resíduos sólidos.

O presente projeto de lei vem corrigir uma lacuna no plano de incentivo a conservação ambiental dos municípios paranaenses, passando a beneficiar, tal como já faz a legislação específica de outros estados, os municípios que adotarem sistemas de coleta, reciclagem e destinação final dos resíduos sólidos mais adequados ecologicamente, o que o torna uma importante ferramenta de conservação ambiental do estado do Paraná.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Esta noite dormi lendo a Constituição do Estado do Paraná. Já havia lido, mas li 200 vezes nas últimas 24 horas. Não sou advogado, não sou rábula, mas sou um aluno atento ao que está escrito nas leis.

Deputado Romanelli, V. Exa., com todo respeito, precisa estudar um pouco mais, mesmo sendo advogado, porque a Constituição do Estado do Paraná nos permite, no artigo 54, sustar os atos normativos do Poder Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Diz aqui: “que exorbitem o poder regulamentado”. Então, a lei que eu propus aqui, dos cartórios, que há um erro na lei, podem, segundo a Constituição do Estado do Paraná, ser tratados por esta Casa. Esta Casa tem prerrogativa de fazer isso. Está aqui. Isto aqui é o que nós juramos no dia da posse: Constituição Estadual do Paraná. Este, o primeiro ponto.

Agora começo a estudar tudo, porque sou, apesar de ter fugido muito cedo da escola e que não aconselho a nenhum dos estudantes presentes aqui, isto é coisa de gente irresponsável, que fui quando menino, mas a vida me deu o rádio como faculdade. E no pouco que estudei fui buscar entender as leis, e aqui achei leis importantes proferidas, como por exemplo, controle do Poder Legislativo exercido em relação ao Judiciário. O Poder Judiciário também está sujeito ao controle do Poder Legislativo. Diz aqui: Constituição Federal, Sra. Presidente, está escrito, aqui.

Podemos até fazer CPIs do Poder Judiciário. Está aqui, no artigo 58 da Constituição Federal. Podemos fazer uma CPI, por exemplo, dos cartórios. E estou bem propenso a apresentar, acho que pela primeira vez na história do Legislativo paranaense, um pedido de CPI dos Cartórios do Paraná.

Quando protocolo meus pedidos, estou pedindo documentos para embasar meu pedido de uma CPI dos

Cartórios do Estado do Paraná, porque está cheio de confusão. Está cheio de gente nomeada em cartórios. Tem um cartório nomeado em dois cartórios. Pode isso? Pode! Mas pode legalmente?

Já começo a pensar na CPI dos Cartórios.

E outra coisa que me chamou atenção, quando o Presidente Nelson Justus assegura que não podemos interferir no Poder Judiciário, mas quem é que vota as contas do Poder Judiciário, a grana que eles gastam? Quem é que aprova as contas do Judiciário? Nós não aprovamos? Quem aprova as contas do Ministério Público, do Tribunal de Justiça e do próprio Tribunal de Contas? Quem aprova aqui? Não é esta Casa?

O Tribunal de Contas não é um órgão auxiliar desta Casa? O Tribunal de Contas olha as contas do Poder Judiciário, dá parecer e esta Casa aprova.

A SRA. PRESIDENTE (Luciana Rafagnin)

Consulto V. Exa. se irá usar o horário do PDT?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Vou usar, Sra. Presidente, os coitadinhos daqueles 5 minutinhos do PTB.

A SRA. PRESIDENTE (Luciana Rafagnin)

São concedidos mais 5 minutos para V. Exa.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Pela ordem, Sra. Presidente.

Gostaria de saber se o PTB tem direito ao Horário da Liderança.

A SRA. PRESIDENTE (Luciana Rafagnin)

Uma vez por semana o PTB tem direito a 5 minutos.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Estarei enviando requerimento para saber se realmente o PTB tem direito a esse horário.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sra. Presidente, com a permissão do Líder do PMDB, gostaria de ceder 5 minutos do horário do PMDB ao Deputado Jocelito.

A SRA. PRESIDENTE (Luciana Rafagnin)

Não pode ceder.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Da liderança do nosso partido pode.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

É por isso que não estudei. Desculpem-me, crianças, mas é por isso que não estudei! Um advogado, aliás, bacharel como o Deputado Marcelo Rangel não saber o Regimento e perguntar se eu posso falar! Está escrito no

Regimento que toda terça-feira o partido pequenininho pode falar mais 5 minutos.

Passa a usar o horário da Liderança do PTB

Mas, enfim, queria falar também que lamento que a imprensa - acredito que falei muito tarde ontem - mas a imprensa não acompanhou os requerimentos que votei aqui ontem. A Assembléia derrubou 5 requerimentos meus, porque eles estavam pedindo informações ao Tribunal de Justiça. E fiz esses requerimentos baseado no jornal independente Gazeta do Povo. A Gazeta do Povo, que tenho visto diariamente propagandas na Globo como um jornal independente, fez uma matéria dia 19 de agosto de 2007: "TJ cria uma comissão para liberar obra sob suspeita". E nesse dia o TJ estava na primeira página e falava sobre irregularidades, prédio que está caindo e se olharmos daqui de cima, realmente percebemos que realmente estão caindo as pastilhas do Tribunal de Justiça - qualquer criança que olhar pela janela vê que as pastilhas estão caindo. Tem que cuidar para não machucar ninguém, porque está caindo realmente!

Em cima disso estou fazendo alguns requerimentos para buscar informações. Lamento que esta Casa, que fiscaliza, ontem deixou de aprovar os requerimentos que poderia aprovar. Ontem solicitei investigação do anexo do Tribunal de Justiça, sendo que alguns Deputados votaram contra, outros se abstiveram e outros saíram do plenário.

Segundo, pedi informações sobre o FUNREJUS, que até hoje não sabemos o que é isso, para onde vai e como é aplicado. As construções de fóruns no Paraná e também a escolha do banco, porque todo lugar que você vai, lá nos fóruns tem um banco do Itaú, HSBC, tem lá. Eles pagam para ficar lá no Tribunal de Justiça?

Eles têm que pagar, eles têm que pagar, sim, porque o dinheiro é público. Eles pagam por isso?

E também eu requisitei informações, caiu, é uma pena, sobre cartórios judiciais. Quem está nomeado, parente de quem, quem é o titular do cartório, quem saiu, quem morreu, quem viveu, quem está lá. Está aqui, é uma pena que esta Casa tenha perdido a oportunidade de apenas perguntarmos, e perguntar não ofende.

Mas hoje tenho mais um requerimento aqui que estou colocando, que fala sobre a comissão examinadora do concurso do Tribunal de Justiça do Paraná. Tem a ver com aquele Ministro de Brasília que fez passar aí um parente. Estou pedindo informações e espero que esta Casa pelo menos busque essa informação, ninguém está acusando ninguém.

Deputado Romanelli, estou escrevendo um livro, V. Exa. sabe, e a partir da votação de ontem o meu livro está quase pronto, acho que antes do Natal publico meu livro, não é escrevendo, estou copiando, é o chamado gilete express que os radialistas muitas vezes fazem dos jornalistas, e que acho um pecado. Eu, por exemplo,

quando transcrevo uma notícia de um jornal eu digo: olha, Jornal Gazeta do Povo, Estado do Paraná, Folha de Londrina, eu sempre dou a fonte, porque acho desrespeito você ler na rádio a notícia de um outro repórter, um outro jornalista.

Então, estou escrevendo um livro que quero publicar ainda nos próximos dias, que esse livro será sobre - e me animou ontem, devido aos requerimentos e pedidos de informação que não foram aprovados, ou que foram rejeitados, ou não respondidos - apresentei essas pérolas num livro ao povo do Paraná. Para esse livro ser um sucesso tem que ter dois prefácios, e eu escolhi para fazer o prefácio dos meus dois livros uma das figuras mais polêmicas do Paraná, o Governador Requião, ele vai fazer o prefácio do meu livro. Já estou com o prefácio pronto, já está comigo, está pronto para ser publicado. O primeiro prefácio fala sobre o seu pronunciamento aqui nesta mesma tribuna em 2003, sobre os requerimentos. Esse é o primeiro prefácio. O segundo prefácio que estou publicando é sobre aquele dito decreto dos 5 dias, aquele que qualquer Deputado poderia pedir alguma informação por 5 dias e que depois caiu. Esse livro será sensacional.

Quero solicitar aos companheiros que me ouvem, qualquer pessoa, Deputados, imprensa, que me ajudem a decidir o nome do livro, eu estou em dúvidas. Então, o telefone que vocês podem entrar lá, é uma plataforma eletrônica, o telefone é 042-32190014, vai na opção 03, que é na Garagem da Esperança, opção 03 é de doação, eu estou pedindo aqui uma doação de idéias para o meu livro, e nessa sugestão estou colocando alguns nomes aqui que vocês podem me ajudar. Primeira sugestão, o livro teria o nome: Requerimentos, a Verdadeira Bíblia do Diabo; segundo: Proibido para Deputados; terceiro: requerimentos - O Medo de ter que Informar; quarto: Requerimento - Rejeitado, para Evitar a Descoberta; quinto: Requerimentos, só se for para elogiar o Governo, daí passa e, finalmente o último, o que eu mais gosto: Pedido de Informação - O Transgênico do Governo Requião. Se alguém puder me ajudar dando sugestão para o melhor título desse livro, que são só os requerimentos que apresentei nesta Casa, estarei à disposição.

Fico triste quando vejo a Constituição do Estado não ser cumprida nesta Casa.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (**Luciana Rafagnin**)

Próximo orador inscrito o Deputado Geraldo Cartário.

Deputado Geraldo Cartário (PDT)

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Certamente que os companheiros têm, ao viajar pelas estradas paranaenses, paulistas, catarinenses ou gaúchas, encontrado diversos caminhões de transporte de combustível com o nome de Transportadora Nichele.

Esse é o motivo que me traz aqui nesta tarde e que também recebe um grande empresário, Francisco Simeão. Quando eu era Prefeito fui muito bem atendido pelo Secretário da Indústria e Comércio Francisco Simeão, no Governo do saudoso José Richa.

O Deputado apresenta este requerimento pede que: **(Lê):**

“O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam externados e inseridos nos Anais desta Casa, votos de congratulações à Transportadora Nichele Ltda., pelo recebimento do prêmio Global Hauler of the Year 2006 - EXXONMOBIL.

O prêmio oferecido pela EXXONMOBIL, atualmente a maior empresa petrolífera do mundo em faturamento e a segunda em valor de mercado, promove anualmente a premiação de transportadoras que priorizam em sua missão prática, eficiência, segurança, saúde e o meio ambiente, fatores que são seguidos à risca pela empresa de Transportes Nichele Ltda., que representou o Brasil, o Paraná, e conseqüentemente, o município de Fazenda Rio Grande, onde se localiza sua sede, e conquistou o prêmio de Transportador do Ano da América Central, Caribe e América do Sul.

Em julho de 2007 em Londres-Inglaterra a Transportadora Nichele representando a América Latina foi concorrer com outras transportadoras, sendo mais uma da América Latina, duas da América do Norte, uma representante dos Estados Unidos, uma do Canadá, uma da Tailândia, uma da Tunísia, duas do Japão e duas representantes da Europa, uma de Portugal e outra da Alemanha, com os mesmos índices de eficiência e segurança para a premiação do Global Hauler of the Year 2006, todas as transportadoras à serviço da EXXONMOBIL, a empresa paranaense conquistou o primeiro lugar, mostrando ao mundo que o município de Fazenda Rio Grande possui potencial em eficiência de trabalho, competência em mão-de-obra e responsabilidade com o meio ambiente.

É por este e outros motivos que faz-se honroso os votos de congratulação aos responsáveis pela Nichele Ltda.

Sala das Sessões, em 27.11.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO”

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É um orgulho para o Paraná e mais para a Fazenda Rio Grande, pois esta empresa que hoje têm filiais aqui no Paraná - sede na Fazenda Rio Grande e filiais em Guarapuava, em Maringá, em Londrina, atende inclusive a região de Cascavel, Foz do Iguaçu - certamente, ao conseguir o primeiríssimo lugar na Inglaterra, mostrou a eficiência e a capacidade também do povo brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (**Luciana Rafagnin**)

Queremos, a pedido do Deputado Accorsi, registrar a presença do Prefeito de Piraquara, Prefeito Gabão.

Seja bem-vindo, Prefeito!

Próximo orador inscrito Deputado Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes de fazer um comentário do que me traz à tribuna, gostaria de cumprimentar a Deputada Cida Borghetti, pelo seu trabalho em prol da mulher aqui na Casa. Quando dizemos aqui na Casa, nos referimos ao estado inteiro e às fronteiras que alargam o seu trabalho, Deputada Cida Borghetti. Recebo sua cartilha que comemora o dia 27 de novembro como o Dia de Luta contra o Câncer de Mama. Saiba que não apenas pela questão profissional, mas fundamentalmente pela razão de fazermos política, aprecio um trabalho como este e acho extremamente meritório. Receba os parabéns e saiba que incontáveis casos de câncer de mama, talvez, sejam evitados com trabalhos de extraordinária envergadura como V. Exa. faz no estado do Paraná. Portanto, meus parabéns!

Sra. Presidente, o que me traz à tribuna, também, é a intenção que tenho manifesta de fazer uma emenda ao projeto de lei que o Governo do Estado traz a esta Casa, que modifica o imposto sobre transmissão de bens, *causa mortis* e por doação, que é o chamado ITCMD. Este imposto arrecada no Paraná, segundo a Secretaria da Fazenda, cerca de R\$ 60 milhões por ano, o que praticamente significa um traço, do ponto de vista da arrecadação. É um imposto que temos, hoje, a possibilidade e a oportunidade de, ao modificá-lo, estarmos introduzindo uma variável ambiental na tributação do Paraná, coisa que o Paraná já teve em anos idos com o ICMS ecológico, mas que agora tem a oportunidade de fazer com que isso volte em melhor estilo ao nosso estado.

Vejam bem os senhores, toda vez que um cidadão antecipa uma doação a um herdeiro ou, ao falecer, transmite automaticamente a sua propriedade aos seus herdeiros, ele paga um tributo que significa cerca de 4% do valor venal da sua propriedade e esse tributo é recolhido ao estado do Paraná e compõe um bolo tributário que chega a aproximadamente R\$ 60, 61 milhões.

Pois bem, o estado do Paraná, que é tão pródigo em vistoriar as propriedades, as 385 mil propriedades dos paranaenses, neste momento em que há a transmissão, ele não vê, através dos seus órgãos ambientais, se a propriedade obedece ou não a legislação ambiental, porque se obedece é caso de, neste momento, privilegiarmos o proprietário ou o herdeiro que recebe uma propriedade que tem a reserva legal, que tem a mata ciliar, enfim, que preserva os recursos naturais, que está de acordo com a legislação ambiental. Se não preserva, ele pode incidir a essa propriedade os tributos que são costumeiros.

Isso significa, Sras. e Srs. Deputados, que estamos diante de uma situação peculiar, ímpar e podemos criar aqui na Assembléia um extraordinário e profícuo precedente. Ou seja, uma emenda que faça com que a transmissão de bens vá privilegiar aquele que transmite a sua fazenda, o seu sítio, enfim, o seu bem imóvel em condi-

ções ambientalmente aceitáveis, que tenha averbado em cartório com a devida inspeção dos órgãos ambientais, uma propriedade que preserva o meio ambiente, que preserva as nascentes, o rio, os seus elementos naturais.

Estou propondo que esse tributo, o ITCMD, tenha alíquota zero para aquele proprietário que entrega o seu imóvel aos seus herdeiros em condições boas e aceitáveis. Vamos premiar quem age corretamente. Vamos dizer a quem não age de forma adequada, que ele passe a agir, porque assim também contará com os benefícios da sociedade, através do estado.

Esta emenda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estará sendo aposta ao projeto de lei que tramita. Peço a aquiescência de todos os Deputados, porque tenho certeza absoluta de que é um bom, saudável e salutar precedente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Boa-tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna para dizer que a cada dia que passa me surpreendo aqui na Assembléia Legislativa.

Hoje vi algo impressionante. Ontem, Deputado Belinati, falei que o Governo, o Poder Executivo, tinha que abrir um diálogo melhor com os Deputados da Base Governista, principalmente, com o Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli, porque está faltando diálogo, os discursos não estão batendo e é verdade.

Vou falar sobre a emenda ao Projeto de Lei Orçamentária, que prevê 38 milhões para a Secretaria da Comunicação Social, 30 milhões a mais do que previsto anteriormente. Mas no começo desta Sessão já vi aqui Deputado pegando o horário da Liderança do Governo, para criticar o Governador Roberto Requião, utilizando o horário da Base Governista. Está faltando diálogo. Estou achando que as coisas estão realmente esquisitas. Também acho estranho, tem gente que “mete o pau” em um dia, no outro dia totalmente diferente, arma um discurso de bonzinho dizendo que o Governo está fazendo tudo certinho, em um outro dia sobe na tribuna e fala que é o melhor Governo que já existiu para o estado do Paraná, dá entrevistas em jornais, emissoras de rádio ou de tevê, mudam completamente o discurso. Por favor, essas pessoas mereceriam trabalhar na Rede Globo, na novela das oito, Duas Caras, porque é assim que imagino, dois pesos e duas medidas.

Falei sobre a emenda ao Projeto de Lei Orçamentária, que prevê 38 milhões para a Secretaria da Comunicação Social para o próximo ano. Aliás, essa Secretaria da Comunicação Social teria que mudar o nome; tinha que ser Bienal, porque trabalha de dois em dois anos, somente nos anos de eleições. A cada dois anos liberam

uma verdadeira fortuna e preciso ser aqui muito claro: não sou contra os 30 milhões que o Governo deve. É um direito do Governo investir em publicidade. Mas, agora, subo aqui à tribuna, representando não só o Parlamentar, não só o povo do estado do Paraná, mas também os representantes da AERP - Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná; a ADJORI - Associação dos Jornais e Revistas do Interior do Estado do Paraná; representando o Sindicato Patronal das Empresas Proprietárias dos Jornais e Revistas do Estado do Paraná; também o SINAPRO - Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Paraná e o Sindicato das Empresas de Radiodifusão e Televisão do Estado do Paraná. Todas essas entidades, em Audiência Pública, Deputado Belinati, representantes dos meios de comunicação do nosso estado, fizeram um pedido a todos os Parlamentares da Assembléia Legislativa: para que toda a verba destinada para a comunicação social, verba oficial do Governo do Estado, que essas verbas sejam extremamente transparentes. Não sou eu que estou falando, são as entidades que representam os órgãos de comunicação do estado do Paraná.

Passa a usar o horário da Liderança do PPS

Eles fizeram uma solicitação em Audiência Pública. Isso está registrado. Tanto a AERP quanto a ADJORI, quanto o Sindicato Patronal, quanto o SINAPRO, quanto o Sindicato das Empresas de Radiodifusão e Televisão do Estado do Paraná, querem que todas essas verbas sejam discriminadas. Órgão de comunicação, matérias por matérias, publicidade por publicidade. De maneira extremamente transparente, Deputado Romaneli. Os meios de comunicação é que estão fazendo essa solicitação à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Portanto, encaminhamos um projeto que já está tramitando nesta Casa, para que toda a verba da Secretaria da Comunicação Social ou da Bienal, que essas verbas sejam claras, específicas, transparentes e que sejam enviados relatórios. Por exemplo, mandou verba para a rádio X, especificamente o que foi gasto, quantas inserções, veículo de comunicação por veículo de comunicação. Transparência total. A AERP está pedindo, a ADJORI também gostaria de ter todos esses dados, para que os próprios meios de comunicação se tornem os maiores do estado do Paraná. É isso que defendo. Estou falando em nome das entidades que em Audiência Pública manifestaram sua opinião.

Deputado Cheida, terei imenso prazer em ouvi-lo.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB) (Aparte)

Apenas para cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento e dizer que estou absolutamente de acordo com esta preocupação das entidades e que se faz presente através do seu projeto de lei. Ainda não conheço o projeto de lei, mas tenha certeza absoluta que se este projeto for

aprovado desta forma que V. Exa. aqui nos traz e se constituir não apenas lei, mas usos e costumes no Paraná, teremos resolvido, talvez 50% dos graves problemas que temos aqui, não apenas entre o Executivo e a sociedade, mas com relação, inclusive, ao Legislativo, porque quantas são às vezes em que os Deputados ou os Vereadores, ou os Senadores, com projetos de lei extraordinariamente importantes, apresentam o trabalho, não são dados ouvidos a esses projetos, o eleitor não fica sabendo, porque o veículo é a imprensa, de informação, e vice-versa também, porque a relação, muitas vezes, como V. Exa. bem o conhece por ser do ramo, é uma relação, muitas vezes até prostituída.

Então, o trabalho e a preocupação de V. Exa., sem dúvida nenhuma, me parece, embora não conheça o seu projeto, volto a afirmar, me parece que vem no sentido de tentar limpar esse ruído que existe.

Parabéns, e tenho certeza que se o projeto vier nesta direção, V. Exa. pode contar com o meu apoio.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Agradeço muito, Deputada Cheida, agradeço muito pelas suas palavras.

Deputado Dobrandino, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Deputado, quero também cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, mas também fazer uma interpelação: V. Exa. citou desta tribuna que dentro desta Casa tem gente que deveria participar da novela da Globo, a novela Duas Caras.

Eu queria que, V. Exa. me perdoe, e o Sr. Presidente, mas cite quem é que tem duas caras. Eu participo desta Casa, tenho um assento nesta Casa e não posso sair daqui, isto fica ruim para nós Parlamentares. V. Exa. então se declare, que não é possível esta pecha que levamos aqui dentro por uma coisa que não é verdadeira.

Eu, pelo menos, tenho caráter e não admito me incluir nessas pessoas que V. Exa. está citando.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Deputado Dobrandino, o senhor não precisa se preocupar. Eu falei a respeito de artistas que poderiam e deveriam participar de novelas como a da rede Globo, com o título de Duas Caras. Para quem quiser saber quem são estas pessoas é muito simples: basta apenas acompanhar o trabalho no dia-a-dia de cada político, de cada advogado, de cada médico, de cada radialista, enfim, acredito que fui extremamente claro com relação às minhas palavras.

Era isto que eu tinha para dizer.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (Pela Ordem)

Apenas para registrar nesta Casa de Leis que o dia 27 de novembro marca o dia de mobilização contra o câncer de mama e agradecer as palavras do Dr. Cheida,

médico, que é o conhecedor, portanto, desta doença que avança e mata as mulheres.

E registrar também, Sr. Presidente, que vários municípios no estado do Paraná no dia de hoje puderam registrar com bastante sucesso a mobilização, passeatas, a exemplo de Maringá, de Lobato, de Curitiba, o sucesso da mobilização com voluntários, mulheres, o município todo trabalhando em favor da prevenção contra o câncer de mama e os jornais, toda a imprensa puderam divulgar essa lei que apresentamos nesta Casa e que todos os Deputados e Deputadas, Deputada Luciana Rafagnin, Elza Correia que esteve conosco, a Deputada Beti Pavin, a Deputada Rosane, e também a Deputada Arlete Caramês, puderam nos auxiliar e ajudar para que esta lei hoje seja uma realidade, o Governador Roberto Requião, sensível que é para as questões da saúde sancionou, e convertida em lei, tomou o número 14854. Hoje é uma realidade e para salvar vidas é preciso, então, trabalhar a prevenção.

O INCA, que é um Instituto Nacional contra o Câncer, no dia de hoje anuncia que em 2008/2009, aproximadamente um milhão de novos casos de câncer podem acontecer no Brasil. É uma triste realidade, em outros países de primeiro mundo o número vai estar diminuindo, no Brasil vai estar crescendo.

Vamos juntos, Presidente, trabalhar a prevenção e salvar vidas!

Muito obrigada, esta cartilha que distribuimos hoje no Plenário, estão aqui as crianças, que levem para casa, para suas mães, para seus professores e vamos juntos trabalhar a prevenção.

Muito obrigada a toda a equipe e principalmente à gráfica desta Casa, ao Dr. Luiz que sempre está disposto a nos ajudar.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrado o Pequeno Expediente, atendendo a solicitação dos Deputados Ney Leprevost e Cleiton Kielse, o Grande Expediente desta Sessão Ordinária será destinado à apresentação do trabalho desenvolvido pela BS Colway e sua permanência no estado do Paraná.

Com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Nelson Justus, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Gostaria inicialmente de anunciar a presença do Prefeito de Piraquara, Gabriel Jorge Samarra, o Gabão, que vem trazer seu apoio à causa dos funcionários da BS Colway e dos programas sociais geridos e patrocinados pela BS Colway; o Prefeito Municipal de Pinhais; o Presidente da Câmara de Piraquara; Os Vereadores de Pira-

quara; o Vice-Prefeito de Piraquara; Secretários Municipais de Piraquara; o Dr. Ruy, Juiz da Comarca de Piraquara; o Grupo Escoteiro Guardiã das Águas que nos honra com sua presença aqui ao lado esquerdo da tribuna da Assembléia Legislativa; os alunos do Instituto Bom Aluno, mantido e patrocinado pela empresa BS Colway; os funcionários da Vila da Cidadania que é cidade-mirim da BS Colway, uma cidade-mirim aberta a todas as escolas públicas do estado do Paraná e talvez a melhor cidade-mirim do nosso estado e quiçá do Brasil. Também os funcionários da BS Colway, aqueles que puderam comparecer. Quero externar aqui o apoio do Deputado Federal Gustavo Fruet à causa da BS Colway, segundo me informou o Roberto Karam, do Grupo Escoteiro Guardiã das Águas.

Quero dizer, Sr. Presidente, que eu e o Deputado Cleiton Kielse consideramos oportuna a vinda do empresário Francisco Simeão a esta Casa de Leis porque, na nossa modesta interpretação, a causa da BS Colway é uma causa do Paraná. O próprio Governador Roberto Requião, no dia 7 de agosto ajuizou uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal para suspender a portaria da Secretaria de Comércio Exterior, que proíbe a importação de pneus usados. Segundo o Governador, a norma que discrimina a importação de pneus usados como matéria-prima está em confronto com artigo 5º da Constituição Federal, segundo o qual ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

A BS Colway vem sendo vítima do lobby das multinacionais que fabricam pneus, Firestone, Good Year, Pirelli, são as grandes interessadas no fechamento desta que é, sem dúvida alguma, uma das mais importantes empresas da região metropolitana de Curitiba. Maior fábrica de pneus remoldados do mundo, a BS Colway tem capacidade para produzir 200 pneus por mês. Até pouco tempo tinha em seu quadro 1.200 funcionários...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Duzentos mil pneus.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Duzentos mil pneus, perdão. Mas, tinha em seu quadro 1.200 funcionários, sendo 1.000 trabalhando na fábrica e outros 200 incumbidos de tocar os vários programas sociais criados pela empresa.

Recentemente, pressionada pela perseguição do IBAMA, BS Colway se viu obrigada a demitir 500 trabalhadores da indústria, reduzindo sua produção para apenas 100 mil pneus por mês, na esperança de ver resolvido o problema de importação de sua principal matéria-prima. Comprometeu-se a recontratar os 500 funcionários demitidos, dentro do cronograma, combinado com a Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Paraná.

A BS Colway, ao contrário do que alegam alguns, é uma empresa ambientalmente correta, para importar cada 4 pneus usados, de ótima qualidade, para utilização

exclusiva como matéria-prima em sua indústria de pneus remoldados, a BS Colway é obrigada, pela Resolução CONAMA nº 258/99 a destruir de forma ambientalmente adequada e aprovada pelo IBAMA, 5 pneus usados, inservíveis, coletados em território brasileiro.

A BS Colway, além de gerar mais de 1.000 empregos na região metropolitana, em Piraquara, é uma empresa responsável por programas sociais importantíssimos. Cito, aqui, o Programa Bom Aluno, o Programa Vila da Cidadania, o Grupo Escoteiro Guardiã das Águas, o Programa Rodando Limpo, que é um programa exemplar no combate à dengue, um programa que retira do meio ambiente os pneus inservíveis, que são criadouros do mosquito *aedes aegypti*, que é o transmissor da dengue e dá um destino ambientalmente correto a estes pneus velhos, o Programa Bom Aluno, o Programa Rodando Limpo, serão mostrados em um vídeo que iremos apresentar na sequência, logo após as palavras do Deputado Cleiton Kielse.

Mas, o que eu quero, aqui, para encerrar minha fala, é pedir que as lideranças políticas, empresariais, sindicais, enfim, toda a sociedade civil paranaense se una em defesa desses empregos e desse projetos sociais que são geridos pela BS Colway. Temos que sensibilizar os Deputados Federais do Paraná, as autoridades do Governo Federal, os Ministros do Governo Lula, os Ministros do Supremo Tribunal Federal para a importância que a empresa BS Colway tem para o estado do Paraná. E não podemos nos curvar ao lobby das multinacionais, que são as grandes interessadas no fechamento da empresa BS Colway.

Acredito que nesta luta estaremos irmanados, Deputados Estaduais, o Governador do Estado, que já vem lutando pela causa e todas as lideranças paranaenses, porque na verdade, Sras. e Srs. Deputados, ao defender a BS Colway estamos fazendo nada mais, nada menos, do que defender a população que vive no estado do Paraná, que precisa desses empregos e necessita desses programas sociais.

Concedo aparte ao Deputado Cleiton Kielse.

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)

Deputado Ney Leprevost, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O encaminhamento desta reunião, que não apenas demonstra que a Oposição e a Situação estão unidos em defesa, sem sombra de dúvidas, da mais criativa empresa que já apareceu em nosso estado.

Gostaria que o Francisco Simeão viesse para frente e que os jovens do programa Bom Aluno levantassem, da Vila da Cidadania levantassem, do Grupo de Escoteiros Guardiã das Águas, juntamente com o Programa Rodando Limpo, levantassem. Conheço esse programa desde 1993 um programa que formou mais de 1.000 alunos só com o Bom Aluno, que da 6ª série até a pós-graduação são bancados, financiados com total gratuidade pela empresa BS Colway, empresa de 2 sonhadores, amigos

que se tornaram grandes empresários e que fizeram desses jovens exemplos de cidadania e que hoje, com a Vila da Cidadania, que foram gastos mais de R\$ 3 milhões em investimentos só na estruturação de uma mini-cidade dentro de Piraquara e aqui estão meus companheiros de Piraquara, como o Prefeito e Vereadores, companheiros de Pinhais que reconhecem como o maior programa de cidadania do país, instalado hoje na região metropolitana.

Esse reflexo, Simeão, do teu esforço, porque sabemos que além de você ser um grande empregador, junto com a sua família, a BS Colway faz com que todos os 54 Deputados venhamos, unidos com o Governador, unidos com a Frente da Criatividade que você criou, buscando trazer além do crescimento intelectual desses jovens, sensibilizar outros empresários. Quiçá as outras empresas que estão tentando te tirar do mercado fizessem 10% do que você faz, porque você arrecada ICMS como eles, você dá emprego como eles, você gera a renda direta e indireta como eles também geram, mas a área social que você faz, como nós visualizamos e conhecemos a empresa, conhecemos a vontade que você tem que dividir o que você constituiu como um homem não só patriota, mas um idealista como é.

Venho não em nome do Governo, porque você já tem o apoio do Governador, mas em nome da Bancada do Governo, como o Deputado Ney Leprevost também vem em nome da Bancada da Oposição, unirmos para buscarmos em Brasília, independente do que viemos fazer hoje aqui, que tenhamos a oportunidade de falar com a Ministra Ellen Gracie, que já o recebeu, juntamente com os 29 Deputados Federais do Paraná que já o estão apoiando para que esse lobby nacional venha a ser desmascarado pela imprensa. Precisamos que a imprensa, que está aqui presente em massa, demonstre que BS Colway não é apenas uma empresa de Piraquara, mas é uma empresa que passa das suas fronteiras e alcança a sensibilidade dos demais empresários, que podem vir a ser um pequeno Simeão, coletando realmente mais pessoas que possam colaborar com a cidadania paranaense e brasileira.

Por isso, venho parabenizar a empresa BS Colway e todos os integrantes da família BS Colway! Dizer que conheci o sistema até para não só doutrinar os funcionários que estão lá dentro, porque todos eles têm que ter uma doutrina, coesão e correção na sua família, exercícios todos os dias, pois antes de começarem a fazer o seu serviço diário, eles têm uma academia de ginástica dentro da empresa e tantos outros benefícios, como os planos de saúde, aposentadoria e tantas outras coisas que envolvem a empresa BS Colway. Um sonhador não pode ser esquecido e você é um sonhador que fez o seu sonho realidade! Tenho convicção que a Assembléia já está dando esse apoio incondicional para que a BS Colway não só volte a funcionar com todas as suas forças, mas que continue ganhando mercado e que produza 200, 300, 400 mil pneus por mês, para que os outros empresários que também produzem pneus de outras empresas multinacionais,

que não têm compromisso social com o nosso país, venham aprender um pouco com a família a BS Colway.

Agradeço este espaço e esta parceria que fizemos com o Deputado Ney Leprevost, dizendo que o próprio Francisco Simeão apresentará em seguida também o que a empresa significa hoje, não só em empregos diretos e indiretos como foi falado, diretos 1000, mas indiretos mais de 5 mil famílias que dependem, não só dos pneus que estão vindo importados, mas que são recondicionados e voltam ao mercado, mas também o meio ambiente que é apoiado diretamente pela retirada desses pneus que ficariam jogados, com certeza para que em algum momento os Governos viessem a tomar a frente.

O Prefeito Gabriel está aqui e sabe o quanto é importante para a sua cidade e para toda a região metropolitana a nossa empresa. Eu sei que é nossa porque você já doou a metade dos bens aos funcionários, e como eu sou amigo e tenho eleitores lá dentro também que não só dividem o futuro dos seus familiares, mas principalmente o crescimento da nossa cidade, a rainha das águas do Paraná, a nossa Piraquara.

Por isso, contem conosco e com todos os Deputados que aqui estão.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

O Deputado Kielse colocou muito bem, não apenas pelo fato de o Francisco Simeão ser um empresário de vanguarda, e eu conheço o Chico há muitos e muitos anos, sei que ele é uma pessoa extremamente ativa, um homem que tem um dinamismo invejável, um homem que tem uma grande criatividade, mas o fato de o Francisco Simeão estar colocando em prática esses programas sociais que foram mencionados aqui, como é o caso do Grupo de Escoteiros Guardiões das Águas, é sem dúvida alguma um fator sensibilizante para todos os Deputados. E além disso a nossa cidade de Piraquara, o Prefeito Gabão sabe melhor do que ninguém como são importantes esses empregos para Piraquara e para a região metropolitana de Curitiba.

Então, quero dizer a você Francisco Simeão e a você Prefeito Gabão, que sinto da grande maioria dos Deputados, e já conversei com os meus Pares do Partido Progressista, Deputado Cida Borghetti, Deputado Duílio Genari, Deputado Antonio Belinati, sinto da grande maioria dos Deputados uma solidariedade a essa causa, e quero fazer um apelo ao Sr. Presidente, se o senhor concordar Sr. Presidente, que possamos agendar um horário com a Ministra do Supremo, a Presidente do Supremo Tribunal Federal, e possamos, todos juntos, formando um grande grupo de Deputados, de lideranças empresariais aqui do Paraná, de lideranças sindicais, lideranças da sociedade civil organizada, ir a Brasília, conversar com a Ministra, expor a realidade, mostrar a ela o que a BS Colway tem feito pela geração de empregos e o que a BS Colway tem feito pela educação e pelos programas sociais no Paraná.

Se o senhor concordar, Sr. Presidente, eu pediria que o senhor agendasse, como Presidente da Assembléia

Legislativa, com a Presidente do Supremo, e tenho certeza de que muitos Deputados, Deputado Belinati, irão até Brasília para mostrar a realidade da situação aqui no Paraná.

Um aparte ao Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Nobre Deputado Ney Leprevost, apenas para dizer da alegria desta Casa de receber um grande empresário, carinhosamente chamado pelos inúmeros amigos de Chico Simeão. Acho que você, Simeão, é um padrão, é um modelo de empresário. Em pensar, Deputado Ney Leprevost, em mexer na BS Colway, acho que mexer com o Paraná é mexer com o Brasil. Qual o grande problema que temos hoje? É falta de posse de trabalho, falta de emprego, e quando vemos um empresário do dinamismo, do arrojo desta visão internacional do Chico Simeão, acho que é dever nosso, é obrigação desta Casa, é obrigação dos 3 Senadores que representam o Paraná no Senado Federal, é obrigação dos 30 parlamentares que representam o Paraná em Brasília, carregam com firmeza, não apenas dar tapinha nos ombros do Chico Simeão, mas carregar com pulso firme essa bandeira da BS Colway, que é do mais alto interesse para a economia do Paraná, do Brasil, que esta empresa continue de pé, ajudando a alavancar a economia do Paraná e do Brasil.

Pena que o Brasil tenha poucos empresários desse arrojo, desse dinamismo e dessa visão que você tem, Francisco Simeão.

Muito obrigado!

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Devo reconhecer, Deputado Ney Leprevost, que essa é a primeira vez no ano que V. Exa. vai à tribuna e eu faço um aparte para concordar com V. Exa.

Essa sua iniciativa de fazer essa Sessão Especial recebendo hoje, aqui, não só o empresário Francisco Simeão, como também todos esses jovens e pessoas que aqui vieram. Conheço o Francisco Simeão desde jovem, era menino ainda, do tempo da Fertiplan. Ele sempre foi um empreendedor, lutador. Sei que tudo que eles têm na vida é fruto de muito trabalho, muita luta, muito esforço, que nada veio fácil.

Vou me somar a essa luta, porque se tem alguém injustiçado, não é apenas o Chico Simeão, mas toda essa família que envolve a BS Colway, porque o Chico Simeão ousou enfrentar as multinacionais. Isso é neoliberalismo, quando as multinacionais utilizam dinheiro para subornar pessoas, para corromper consciências e tentar fechar uma empresa paranaense que gera emprego, que tem uma responsabilidade social.

Chico, me orgulho muito de ser seu amigo e da sua família, ao longo desses anos todos termos uma grande amizade.

Lamento profundamente que a Ministra Marina Silva, que é uma lutadora a favor do meio ambiente, esteja tendo essa postura, que seguramente é a postura

pautada pelos interesses das multinacionais. É incoerente com o que ela fez na vida, o que defende, com o que está fazendo agora em relação à BS Colway.

Parabéns a vocês que aqui vieram acompanhando o Francisco Simeão. Essa manifestação de vocês é muito bonita e enriquecedora para o Parlamento. E o Chico pode contar com o meu apoio, com o apoio do Governador Roberto Requião, enfim, desta Casa. Parabéns, Deputado Ney Leprevost, pela sua iniciativa.

Muito obrigado!

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Muito obrigado, Deputado Romanelli. Espero que possamos, no futuro, concordar em outros temas também.

Presidente, dado à relevância do tema e o ambiente favorável aqui na Assembléia Legislativa por parte de todos os Deputados, pergunto se a Mesa não abriria uma exceção, permitindo que o empresário Francisco Simeão fale por 5 minutos, antes do vídeo dos programas sociais da BS Colway.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

É evidente que o tema é dos mais relevantes e não costumo quebrar o protocolo, mas, por 5 minutos, meu prezado amigo Chico Simeão, vamos ouvi-lo.

Sr. Francisco Simeão

SR. FRANCISCO SIMEÃO

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Nelson Justus. Quero fazer um agradecimento especial ao Deputado Ney Leprevost e ao Deputado Kiele pela iniciativa de promover este encontro.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Para mim é um prazer enorme estar aqui vendo tão bons amigos de tantos anos. Desde 1982, quando da eleição do Governador José Richa, eu tive o privilégio de conhecer muitos dos senhores e fiz boas amizades, realmente, que me são muito gratas.

Estamos diante de um problema complicado de resolver, mas se formos avaliar a fundo vamos verificar que o problema de fato até não existe. Temos um caso singular no Brasil. Não existe lei que proíba a importação de pneus usados para uso como matéria-prima no país. Não existe lei. Existem 3 instrumentos infralegais que foram editados pelo Governo Federal para atender os reclamados das multinacionais dos pneus da Goodyear, da Pirelli, da Michelin, da Continental, que querem uma reserva de mercado. Eles se sentem no direito de ter uma reserva de mercado no Brasil. Existe um compromisso não oficial, é claro, do Ministro Furlan, que não está mais no Ministério, de proibir a nossa atividade, de proibir a importação da nossa matéria-prima principal, que não existe no Brasil, e com isso levar ao fechamento do setor de remoldagem de pneus no Brasil.

Esses instrumentos infralegais inconstitucionais foram objeto de 3 ações diretas de inconstitucionalidade

no Supremo Tribunal Federal, ajuizadas pelo nosso Governador Roberto Requião que, é bom que se diga, tem feito o possível e o impossível para nos ajudar e manter a BS Colway funcionando e mantendo os programas sociais que ela criou e custeia. Nem sei mais o que pedir ao Governador Requião. Depoimento, declaração em vídeo, esforço, conversa com o Presidente da República, enfim, tudo já foi feito. Agora, graças à iniciativa de bons amigos Deputados, temos a oportunidade de ter a Assembléia Legislativa, que representa o povo paranaense, para realizar um trabalho político que, efetivamente, está faltando nesse esforço.

Como os instrumentos infralegais que proíbem a importação são inconstitucionais, fomos argüir a sua inconstitucionalidade na Justiça Federal e obtivemos uma decisão no Tribunal Federal da 4ª Região de Porto Alegre, autorizando a importação dos pneus usados para serem utilizados como matéria-prima na BS Colway, condicionadas essas importações a que previamente se coletasse, se destruísse de forma ambientalmente adequada 5 pneus inservíveis, coletados no território paranaense. Portanto, 5 coletados e destruídos antes de importar 4. Estamos, na verdade, promovendo um bem ao meio ambiente, à saúde pública. A cada importação de 4 pneus, estamos destruindo 25% a mais de pneu lixo.

Pelo programa Rodando Limpo, que promove esse esforço, fomos aplaudidos na ONU, na Rio +10, em 2002, e a ONU passou a nos indicar os países membros. A Costa Rica foi o primeiro país a aderir e criar lá o Costa Rica Rodando Limpia. Nos programas sociais, somos prêmios de excelência em tecnologia social na UNESCO. A BS Colway ganhou todos os prêmios nacionais e estaduais de defesa do meio ambiente, da saúde pública, dos programas sociais e do desenvolvimento da cidadania. Entretanto, estamos sendo acusados de promover a importação de pneus usados, o que seria lesão grave ao meio ambiente e à saúde pública. A Ministra Ellen Gracie concedeu essa decisão liminar, porque o Governo tem presunção de veracidade. Fizemos um agravo mostrando a ela toda a verdade sobre esse assunto. Ela está estudando se reconsidera ou se manda para o Plenário do Supremo Tribunal Federal, para decidir se podemos prosseguir com a nossa atividade ou não.

Tínhamos 1.200 trabalhadores, fomos obrigados, pelas pressões, a reduzir para a metade a fabricação, de 200 mil pneus para 100 mil pneus por mês. Dávamos lucro antes e reduzimos para o tamanho exato do lucro necessário, para o custeio dos programas sociais. São 7 mil crianças na Vila da Cidadania, 1.000 escoteiros, 400 Bons Alunos que são selecionados entre as famílias de baixa renda na favela e levados até a universidade e pós-graduação. Mais de 200 prestaram vestibular, com 100% de aprovação. Mais de 40% em primeiro, segundo e terceiros lugares. São 85 formados em Medicina, Engenharia e Direito.

A nossa luta é muito mais pela preservação dos programas sociais. Naturalmente, o funcionamento da BS

Colway, que promove e propicia os recursos necessários para tanto. Precisamos efetivamente de um apoio político. O que precisamos é aquilo que nos foi proposto, um apoio através da Assembléia Legislativa, que se irmane com seus colegas Deputados Federais e com os nossos Senadores, para que mobilizem a sociedade paranaense em defesa de um patrimônio que pertence ao Paraná. Pertence ao Paraná a Vila da Cidadania, o Programa Bom Aluno e a atividade da BS Colway, que é um exemplo do setor no mundo inteiro.

A fábrica da BS Colway, na sua plenitude de produção é a maior do mundo. Somos um jardim de 110 mil m² que tem uma fábrica dentro, como foi definido por um americano que nos visitou, dono de uma empresa de comunicação que presta assessoria para a maior associação de reformadores de pneus do mundo. Somos aplaudidos. O nosso Prefeito nos ajuda e nos aplaude.

Precisamos que exista um movimento político do Paraná, porque ele é muito tímido. Infelizmente, o Paraná, um estado maravilhoso, onde me orgulho de ter nascido, se mostra tímido diante de problemas que uma força política pode dar solução. Se a Assembléia se juntar com os Deputados Federais, irmos à Brasília, conversarmos no Supremo Tribunal Federal, eles irão saber que é mentira a alegação que somos um problema para a saúde pública e ao meio ambiente. Na verdade somos uma solução. Que os prêmios, que as citações na ONU e na UNESCO e todos os prêmios brasileiros não foram em vão, que eles retratam a realidade, longe dessa subjetivação e desse preconceito, que se coloca pela importação de pneus usados, que não se informa que ela só é feita com a contrapartida da coleta de 5 pneus de destruição, em defesa ao meio ambiente.

Portanto, temos que promover justiça. Queremos justiça. É o que a BS Colway quer: justiça, e poder ter o privilégio de continuar a Vila da Cidadania, essas crianças maravilhosas que precisam de uma oportunidade, um norte, ver a sua vida com esperança, modificada da situação de hoje. As crianças do Bom Aluno, que até então vivem em favela hoje podem estar florescendo.

Temos um fato muito curioso deste ano. O menino Charles, 14 anos, professor de Física Quântica com essa idade, passou no vestibular de Engenharia da Computação. Temos outro menino com 13 anos, que quer fazer também vestibular para Engenharia e tem capacidade para isso, é um fenômeno. E um de 16 que foi campeão da Gincana de Física do Sul do Brasil. São crianças do Bom Aluno, que não tinham oportunidade na vida. Pérolas, jóias. Precisamos de todos os senhores para que isso não se perca.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, se V. Exa. me permitir, gostaria de fazer um registro. Não conheço o Dr. Francisco, que veio

aqui falar da sua empresa, mas é uma coisa engraçada e não quero nem levar em consideração o trabalho social que este cidadão paranaense está fazendo.

Só quero dar um depoimento como empresário: ora, minha gente, o empresário está pedindo, por favor, para poder gerar emprego.

Temos que interpretar isso como um absurdo, porque se ele não gerar emprego aqui, certamente ele pode mudar a sua empresa para a China, que os seus incentivos serão maiores e o seu lucro será maior. Acredito eu, sem conhecê-lo, que seja uma causa de amor ao Paraná. Nunca vi um país que quer ter futuro, gerar riqueza, gerar oportunidades para a sua juventude, o empresário ter que pedir permissão, andar de joelhos para poder gerar riquezas.

Estou vivendo no Brasil, sou paranaense, mas espero sinceramente, que o bom senso prevaleça sobre essa situação e não quero levar em conta apenas a questão social, mas se fosse apenas empresário gerador de emprego já mereceria o nosso crédito, a nossa confiança e o meu apoio.

Obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Na mesma linha do Deputado Rossoni, só queria enaltecer a figura do empresário Chico Simeão e dizer o que acabou de falar o Deputado Rossoni. Tenho ido muito ao Paraguai e recentemente o General Lino, que é um dos fortes candidatos, soube da notícia da saída da BS Colway aqui do Brasil. E já conversou por telefone com o empresário, dizendo a ele que vencendo as eleições do Paraguai, uma das primeiras reivindicações dele é levar esta empresa para o Paraguai dando todo apoio para ela ir para lá.

Quero deixar esse registro, que existe uma vontade imensa dos paraguaios através do General Lino, de levar esta empresa para lá, o que seria ruim para o Brasil, porque o Brasil perderia além dos investimentos, impostos, perderia esses empregos.

Então, que o Brasil fique esperto, senão vai perder esta empresa para o Paraguai.

Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vou solicitar a V. Exas., claro, a Assembléia inteira é solidária e vai fazer a sua parte, não tenho a menor dúvida disso. Nós já extrapolamos o tempo do Grande Expediente, vamos apenas exibir o vídeo, que acho importante. Abrimos o precedente para que o Dr. Francisco Simeão falasse, mas tenho certeza que todos os Deputados gostariam de externar a sua opinião favorável e serem solidários a algo tão especial.

Dr. Francisco, pode ter certeza, esta Casa, assim como o Governo do Estado, como os empresários paranaenses, deverão estar irmanados contra uma tremenda

injustiça. E disse bem o Deputado Rossoni, que é algo extraordinário um empresário pedindo licença para pagar imposto, para gerar emprego e para criar obras sociais como as que vocês criaram.

Por isso, peço perdão aos Srs. Deputados por não permitir que todos coloquem o seu ponto de vista, porque senão avançaríamos mais do que já avançamos.

Vamos assistir a apresentação do vídeo.

(Exposição do vídeo)

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria de convidar o empresário Chico Simeão e o Prefeito de Piraquara, o Gabão, para que procedam a entrega de 10 mil assinaturas que foram coletadas em apoio à BS Colway à Mesa Executiva desta Casa Legislativa, ao mesmo tempo em que agradecemos o Sr. Presidente por este apoio fundamental, em relação à tema tão relevante.

(É procedida a entrega das assinaturas)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Dando prosseguimento à Sessão, não há quem queira fazer uso da palavra.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 370/07, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, competições para atletas portadores de necessidades especiais nos jogos realizados pelo Paraná Esportes. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 371/07, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, a implantação de um centro de fisioterapia nas dependências do Asilo São Vicente de Paulo, de Jandaia do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 037/07, proposta de emenda à Constituição do Estado, na forma do substitutivo geral da Comissão Especial de Reforma à Constituição, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que acresce o parágrafo 7º, ao artigo 77, da Constituição Estadual. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO. (Publ. no DA nº 152/07, de 26/11/07, e em Avulso).**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero informar aos Srs. Deputados que a proposta será submetida a 2 turnos de discussão e votação com interstício de 5 Sessões. Será aprovada a proposta pelo processo nominal que obtiver em ambos os turnos três quintos, ou seja, trinta e três votos dos membros da Associação Legislativa. Solicito ao Sr. Deputado Alexandre Curi, 1º Secretário, que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados. Aqueles que forem favoráveis à emenda constitucional votam com a expressão SIM; os que forem contrários com a expressão NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Alexandre Curi)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

Sr. Presidente, 43 Deputados votaram com a expressão SIM.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está aprovado em 1ª discussão a proposta de emenda à Constituição.

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 424/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a Associação dos Compositores do Estado do Paraná, com sede e foro na cidade de Curitiba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 424/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Compositores do Estado do Paraná, com sede e foro nesta capital.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.11.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 700/07, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de utilidade pública a Associação Municipal de Suinocultores de Guaraniaçu - AMSG, com sede e foro no município de Guaraniaçu. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 700/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Municipal de Suinocultores de Guaraniaçu - AMSG, com sede e foro no município de Guaraniaçu.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.11.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 425/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente de Assistência Social São José Abassajo, com sede e foro nesta capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ, APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Projeto aprovado.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 688/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 041/07, fica autorizada a transferência de recursos provenientes da arrecadação do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, no exercício de 2007, no valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para o orçamento próprio do Departamento de Estrada de Rodagem - DER. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CO. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Emenda aprovada. Projeto aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 715/07, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que concede o título de

Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Osvaldo Trevisan. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 781/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 050/07, que altera a redação do artigo 1º da Lei Estadual nº 14233, de 26 de novembro de 2003. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Há sobre a mesa emenda. Devidamente apoiada pelos Srs. Deputados. Portanto, o projeto volta à CCJ.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 781/07

Art. 1º Fica modificado o parágrafo 3º do artigo 1º do Projeto de Lei nº 781/07, que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

§ 3º A construção das unidades residenciais mencionadas no *caput* ficará sob a responsabilidade da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR.”

Sala das Sessões, em 27.11.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoiamento:

Luiz Eduardo Cheida, Beti Pavin, Teruo Kato e
Waldyr Pugliesi.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 787/07, de autoria do Deputado Elton Welter, que declara de utilidade pública a Associação Palotinese da Cultura, com sede e foro no município de Palotina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 794/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera o artigo 1º da Lei nº 12732, de 30 de novembro de 1999, que declarou de utilidade pública a Associação Anniballe Ferrarini, Centro Cultural Brasil-Itália, com sede e foro nesta capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 785/07, de autoria do Deputado Teruo Kato, que declara de utilidade pública a Agência de Desenvolvimento Regional de Paranavaí - ADR, com sede e foro no município de Paranavaí. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 142/07, de 05/11/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 785/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Teruo Kato, declara de utilidade pública a Agência de Desenvolvimento Regional de Paranavaí - ADR, com sede e foro no município de Paranavaí.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 786/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que declara de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Fonte de Água Viva - FAVI, com sede e foro no município de Araucária. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 142/07, de 05/11/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 786/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria da Deputada Rosane Ferreira, declara de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Fonte de Água Viva - FAVI, com sede e foro no município de Araucária, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 810/07, de autoria do Deputado Durval Amaral, que altera as Leis nºs 253/54 e 9389/90, que criam os municípios de Sabáudia e Pitangueiras e adotam outras providências. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 148/07, de 14/11/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 810/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em tela objetiva alterar as Leis nºs 253/54 e 9389/90, que criaram os municípios de Sabáudia e Pitangueiras, visando ajustar a divisa estabelecida entre os 2 municípios, mediante prévio termo de acordo por estes firmado.

Constitucionalidade e Legalidade

A Constituição Federal determina a competência residual dos estados, cabendo-lhes dispor acerca daquelas matérias que não lhe sejam expressamente vedadas, a saber:

Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pela Constituição que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

(...)

§ 2º São reservadas aos estados as competências que não lhe sejam vedadas por esta Constituição.

Destarte, verificada a competência do Poder Legislativo Estadual, infere-se que em se tratando de alteração legislativa possui competência para modificar aquele Poder que criou a norma jurídica. Por isso, resta estendida ao órgão criador originário da lei a competência para modificá-la.

No presente caso, portanto, sendo o Poder Legislativo Estadual o responsável pela instituição das Leis nº 253/54 e 9389/90, que criam os municípios de Sabáudia e Pitangueiras, respectivamente, verifica-se que é deste também a competência para a sua modificação.

Diante desse quadro, aferida está a legitimidade da presente proposta legislativa.

A respeito, frise-se ainda que a fixação de novas divisas não fere o princípio da autonomia municipal, porquanto há expressa anuência dos municípios interessados, conforme comprova Termo de Acordo para Ajuste de Divisas, anexo ao presente projeto de lei.

Acerca da constitucionalidade de fixação de novas divisas, através de ato da Assembléia Legislativa que vise tão somente atender ao desenvolvimento do estado, é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a seguir colacionada:

“Rp 280/DF - Distrito Federal

Relator (a): Min. Lafayette de Andrada

Julgamento: 18/09/1957

Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Publicação: DJ 28-11-1957 PP - ***** EMENT

VOL-00324-01 PP-00010 RTJ

VOL-0003-01 PP-00453

Ementa: Autonomia Municipal. Representação que versa sobre suposta contradição entre dispositivos da mesma lei estadual, ou entre esta e outra anterior, de igual origem. Ato da Assembléia Estadual que atendeu, tão somente, a conveniência do desenvolvimento e do progresso do estado em benefício geral, sem atentar contra a

autonomia que se reconhece aos municípios, representação improcedente.”

Conclusão

Tendo em vista a conformidade do presente projeto de lei aos preceitos constitucionais e legais que lhe são atinentes, opinamos pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 20.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

O SR. TADEU VENERI (PT) (Para Discutir)

Queria perguntar ao autor do projeto se esse projeto visa alterar limites. Porque alteração de limites deve ser feito através de plebiscito. V. Exa. estaria propondo o plebiscito ou propondo já alteração de limites? Se for a alteração de limites direta não poderemos aprovar.

O Deputado Elton Welter está aqui me comunicando que as câmaras de vereadores têm concordância com o projeto.

Então, não há nenhum problema em aprovar o projeto. Mas temos que proceder ao plebiscito para que sejam ouvidas as pessoas.

Vou ler aqui o artigo 19 da Constituição Estadual.

(Lê artigo 19 da CE)

Esse é um questionamento que faço a V. Exa., para que possamos votar o projeto, sem depois termos o veto do Governador, porque se for para fazer alteração de limites, infelizmente, através de lei ordinária, não podemos fazer.

O SR. DURVAL AMARAL (Partido Democratas)

Só a título de esclarecimento, atendendo a solicitação do nobre Deputado Tadeu, na verdade, há uma manifestação inclusive do Instituto de Terras, não lembro bem a sigla agora, concordando que há um equívoco na confrontação dos dois municípios, razão pela qual não está publicado aqui no Diário da Assembléia, mas no projeto de lei que V. Exa. tem em mãos.

Consta uma manifestação expressa do instituto, consta uma manifestação expressa do Prefeito Municipal de Pitangueiras, dizendo que há uma correção nas divisas e confrontações e, também, uma manifestação expressa das câmaras municipais reiterando essa mesma posição. Portanto, é apenas uma correção de divisas e confrontações, devidamente consentidas pelos dois poderes legislativos, pelo instituto, pelo Poder Executivo e pelas câmaras municipais.

O SR. TADEU VENERI (PT)

A única coisa que eu gostaria de saber do Deputado Durval, é se faz ou não essa alteração e se nessa alteração não deveria ser necessário o plebiscito, porque nós temos aqui, por exemplo, em Rio Branco do Sul e em Almirante Tamandaré, uma área chamada

São João, que é objeto de uma disputa de dois municípios e, durante um período, o Deputado Cleiton sabe que Almirante Tamandaré e Rio Branco disputam a área de São João. Os dois têm concordância que aquela área disputada deveria pertencer a Rio Branco, embora esteja em Almirante.

Tentamos fazer por projeto de lei e esbarramos justamente nesse problema. As duas câmaras concordam, os dois municípios concordam, o ITCG concorda, mas, há 4 anos, quando propusemos, foi dito que sem o plebiscito na região não seria possível.

O SR. DURVAL AMARAL (Partido Democrata)

Só uma sugestão para encaminhamento para não polemizar. Sugiro, se houver entendimento do nobre Deputado Tadeu, votarmos em primeira e, se for o caso, amanhã, nós apresentaremos emenda e automaticamente volta para CCJ para essa correção se houver necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeito.

Em discussão. Em votação. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3503, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3508, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3505, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

Requerimento nº 3514, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.**

Requerimento nº 3513, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar) (Assentimento)

Só queria solicitar a atenção do nosso eminente Líder do Governo. Estes requerimentos, Deputado Romaneli, fazem parte do pronunciamento feito pelo Dr. Fuad na Comissão de Saúde, em que ele cita alguns casos que envolveram as auditorias lá em Ponta Grossa. Estou requerendo ao Dr. Milton que nos mande a cópia dos atestados de óbito das pessoas que morreram para fazermos aquele levantamento. Então, na verdade, isto aqui é a seqüência.

O Ministério Público apresentou um relatório de 400 mortes em Ponta Grossa e quero a CID, a causa da morte, a cópia de todos os atestados de óbito para sabermos do que as pessoas morreram, se é verdade isso ou não, e com isso dar seqüência àquela reunião organizada

na Comissão de Saúde para buscarmos informação com profundidade.

Por isso, peço apoio ao eminente Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Apenas uma confusão, para reparar aqui, o primeiro requerimento é o da CID. Em discussão. Em votação. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O segundo requerimento também de autoria do Deputado Jocelito Canto, envio de pedido de informações ao Procurador Geral de Justiça. O Ministério Público recorreu da decisão do Tribunal de Justiça e promoveu alguma ação contra a Santa Casa de Ponta Grossa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Na mesma linha, Sr. Presidente, que o Promotor disse aqui e lembro-me que houve uma ação ganha em Ponta Grossa. Quero saber se na seqüência o Ministério Público recorreu dessa ação aqui. Lá em Ponta Grossa, a Juíza deu favorável ao Ministério Público e aqui o Governo derrubou.

Quero saber se o Ministério Público prosseguiu a ação ou esqueceu.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Aprovado.

Requerimento nº 3515, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, o Deputado Jocelito não precisa aprovar o pedido de informação a esta Casa. Basta requerer ao Tribunal de Contas, que tem obrigação legal de informar a ele diretamente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eles não informam.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Gostaria de consultar o Tribunal de Contas, para discutir e transferir para amanhã a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 3516, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Retirado pelo autor.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Nesse pedido de informação o destinatário não é o Governador do Estado. Deputado Plauto, sei que V. Exa. também, às vezes, sorve daquela água ponta-grossense,

mas esse requerimento tem que ser dirigido à Secretaria de Estado da Administração e não ao Governador.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Estou requerendo ao Chefe maior do Paraná, a quem determina aí, o Governador. Estou só querendo saber a questão dos telefones celulares. Vejo todos os Secretários utilizarem telefones celulares e nunca ninguém perguntou quanto custa, quando pode gastar, qual é o limite, se foi licitado. Tem uma lei agora em que as antigas concessões podem permanecer, aquelas da Brasil Telecom. Mas as novas, sabemos que nesse mercado as empresas estão brigando entre si. Às vezes você consegue um desconto maravilhoso: TIM, Vivo, Claro. Se você tiver 1.000 telefones falando, vai conseguir um belo desconto. Tenho curiosidade e não estou acusando nada, Deputado Romanelli. É licitado?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para economizar, vamos fazer as duas mudanças aqui. Se o destinatário fosse a Secretaria de Estado da Administração e ao mesmo tempo o seguinte, todas as respostas são possíveis de serem dadas, mas é impossível anexar cópias dos gastos. É uma carreta com 25 toneladas de papel.

Concordo com V. Exa.

Sr. Presidente, só para dizer ao Deputado Jocelito que as informações têm que ser prestadas, mas anexar os documentos aqui é impossível do ponto de vista material.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, retiro e apresento amanhã, destinado à Secretaria definida pelo eminente Líder, Só quero saber se os telefones tiveram ou não licitação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente retirado pelo autor.

Requerimento nº 3517, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Para ajudar o Deputado Romanelli, esse também faz parte de um pronunciamento do Promotor Dr. Fuad, que disse aqui na saúde e tenho a curiosidade de saber, que no orçamento de 2003, havia recurso de 50 milhões para a construção do hospital regional de Ponta Grossa. Lembro-me que o Dr. Arzua disse aqui neste plenário, em uma reunião de prestação de contas, que recebeu o estado quebrado e com dívidas que não terminavam mais. Tenho isso gravado, guardado aqui na Casa de Leis. Estou apenas solicitando que seja informado pelo Dr. Heron se havia previsão orçamentária no PPA, no período, para a construção do

hospital regional de Ponta Grossa e se estava no orçamento a previsão desses 50 milhões. Só quero tirar a dúvida, porque está havendo muita confusão em cima desse hospital. Acredito que não estava previsto, mas quero tirar a dúvida, por isso peço apoio Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Temos parecer favorável do requerimento do Deputado Jocelito. Acho que pode ser esclarecedor, até porque o Promotor veio a esta Casa e, sinceramente, penso que ele teve uma conduta, até achei que no começo ele iria bem, mas depois a fundamentação do que ele falava era absolutamente desprovida de qualquer senso lógico. Quero reconhecer que os Deputados que também são médicos, que exercem a profissão, têm feito explicações sobre essa questão da necessidade de internamento em UTIs. Mas, o fato é o seguinte: a questão da UTI é muito mais discurso político do que qualquer outra coisa.

Efetivamente, acho que as informações que o Promotor fez aqui têm que se esclarecidas, o que é verdadeiro e o que é fruto da nossa boa água da nossa querida Ponta Grossa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em discussão, em votação. **Aprovado.**

Requerimentos nºs 3518 e 3528, de autoria do Deputado Geraldo Cartório, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3520, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3523, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3525, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3527, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3519, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

O presente requerimento, pedido de informação, que de acordo com a Constituição do Estado do Paraná esta Casa pode fazer, é para tirar algumas dúvidas, como:

(Lê):

“1) *Que entidades formam a comissão examinadora do concurso de ingresso na atividade notarial e de registro do estado do Paraná?*

2) *Que requisitos são necessários para compor a comissão examinadora?*

3) *Como são feitas as provas? A comissão organiza ou é contratada empresa ou entidade especializada*

em concurso público?

4) *A comissão examinadora instituída em 2005 tinha como membro o Sr. Álvaro Quadros Neto?*

5) *Em caso afirmativo, qual a escolaridade e titulação do mesmo?*

6) *Juntar cópia do edital de abertura do Concurso Público nº 02/06 para ingresso na atividade notarial e de registro, bem como todos os editais relativos a este concurso.*

7) *O Sr. Álvaro Quadros Neto, em 2005, bem como seu pai, efetuaram a inscrição para participarem da seleção promovida para ingresso na atividade notarial e de registro? Juntar documento das inscrições mencionadas, conforme constou no Edital de Concurso Público nº 02/06.*

8) *Tais inscrições foram canceladas? Se a resposta for afirmativa, qual foi o motivo? Quem solicitou o cancelamento?*

9) *O Sr. Álvaro de Quadros Neto é notário ou registrador?*

10) *O Cartório Distrital de Pinheirinho, na cidade de Curitiba, ficou vago em 2004?*

11) *Em caso afirmativo, por que motivo não foi obedecido o disposto no parágrafo 2º do artigo 39 da Lei nº 8.935/94, que determina a designação do substituto mais antigo para responder pelo expediente?*

12) *Por que motivo, estando vago, não foi incluído o Cartório Distrital de Pinheirinho no concurso até o presente momento?*

13) *Considerando que o Sr. Álvaro de Quadros Neto é titular do 2º Registro de Imóveis de Ponta Grossa, por que razão assumiu concomitantemente o Cartório Distrital de Pinheirinho? O mesmo se faz presente continuamente em ambos os locais? Possui habilitação para o exercício da atividade de notário e de registrador concomitantemente?*

14) *Com a criação do 3º Registro de Imóveis, quem poderá exercer a opção pelo novo serviço?”*

Então, Sr. Presidente, estou apenas solicitando aqui aos eminentes Deputados que me ajudem neste processo, porque aqui, Srs. Deputados, está havendo alguns equívocos na questão dos cartórios. Por exemplo, é justo que alguém esteja com dois cartórios ao mesmo tempo? Pode legalmente isto? A lei diz o quê? Eu aguardo o posicionamento do Tribunal, porque em cima do que disse o Tribunal, quero propor nesta Casa, e constitucionalmente nós podemos, a CPI dos Cartórios. Quero solicitar a CPI dos Cartórios, porque tem muita coisa errada, tem muitos apadrinhados em cargos que não podiam estar, tem muita gente colocada de forma não regular, apenas nomeado de forma especial. Há pessoas que mereciam estar em certos cartórios e não estão. A lei não está sendo cumprida.

Por isto, eu apenas estou requerendo informações e é dever deste Parlamento buscar as dúvidas. Temos dúvidas. Espero que os Srs. Deputados cumpram aquilo que assumiram aqui dia 1º quando tomamos posse: de fazer cumprir a Constituição do Estado do Paraná, que deter-

mina o cumprimento da lei. A lei tem que ser cumprida, a lei tem que ser observada. Ninguém pode receber um tratamento especial de Poder nenhum, e o que estamos vendo aqui é exatamente isto. Alguém com dois cartórios, nomeado, alguém participando de um concurso, alguém que não tem qualificação em algum cargo especial, e eu apenas quero buscar estas informações. Estas informações são públicas e precisamos buscá-las. Não se trata de afrontar Poder nenhum.

O que temos que cumprir é com o nosso papel de buscar as dúvidas que temos e espero que as dúvidas sejam sanadas, porque se as dúvidas não forem sanadas, é evidente que eu vou propor aqui, nem que seja solitário, mas eu vou ter a coragem de propor uma CPI para investigar os cartórios e isto, Deputado Romanelli, está na Constituição, que cabe a esta Casa, de acordo com a Constituição, que podemos criar uma CPI para investigar se os cartórios estão na forma da lei e é isto que precisamos fazer, apenas fazer cumprir a lei.

Por isso, peço aos demais companheiros que aprove esta indicação nossa, que tem por fim valorizar o papel desta Casa de fiscalizador. Agora, se não quisermos aprovar é sinal que estamos concordando com um ato ilegal e não estamos aqui para assinar nada ilegal. Se votarmos favorável, estamos demonstrando que esta Casa não estão cumprindo, nesse caso, o papel de defender o que é direito! Solicito ao eminente Líder, Deputado Romanelli, Deputado Alexandre Curi, aos demais Deputados que, baseado naquilo que o Parlamentar tem, aqui são tão poucas as nossas prerrogativas e a mais importante é fiscalizar, que possamos apenas saber essas informações, tirar a dúvida.

Sabemos que o nosso Presidente do Tribunal de Justiça hoje, o Desembargador José Antônio Vidal Coelho, é tido como homem sério, comportado, um homem que faz justiça. Então, se é um homem correto, que está à frente do Poder Judiciário, não haverá de se negar a dar essas informações, até porque ao mesmo tempo estará protegendo as pessoas de bem, porque em todo lugar tem pessoas de bem e pessoas que não são de bem. Tenho certeza que a grande maioria dos Desembargadores, dos Juízes Substitutos que estão aqui ao lado são Juízes de caráter, que não vendem sentenças. Sei que a grande maioria não vende sentença, sei que a grande maioria são importantes Desembargadores, são honestos e é por isso que estou solicitando para tirar dúvidas. Estas dúvidas são públicas.

Esta Casa, acho que tem, no meu modo de ver, nem que seja sozinho, a obrigação de fazer esse pedido e tenho certeza que o eminente Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Dr. José Antônio Vidal Coelho, haverá, dentro da transparência e do respeito, responder, se esta Casa assim aprovar. Primeiro precisamos só aprovar. Ninguém está acusando ninguém!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, tenho pelo Deputado Jocelito um profundo respeito, um Parlamentar atuante que tem uma

atividade legislativa intensa! Ele inclusive formulou aqui nesse pedido de informações dirigido ao Desembargador José Vidal Coelho, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, esse requerimento com 14 itens, sendo que algumas das perguntas têm mais que uma indagação.

Ao ler o requerimento eu me convenci que o Parlamentar Jocelito formulou com as respostas já. Efetivamente só é possível fazer algumas das perguntas aqui, que o pré-requisito é que se tenha, de fato, a informação para que se possa formular o presente requerimento.

Quero fazer uma consideração, Sr. Presidente: ontem rejeitamos os 5 pedidos de informações ao Tribunal de Justiça no sentimento de respeitar aquele Poder e no entendimento de que estes temas têm que ser tratados respeitando a harmonia e independência entre os Poderes e aqui há de se registrar que se trata, muito especificamente, de um pedido de informações dirigido a uma pessoa física, Sr. Álvaro Quadros Neto. Ele é o objeto dessa investigação promovida pelo Exmo. Sr. Deputado Jocelito Canto.

Por isso, Sr. Presidente, como fizemos na tarde de ontem, queria encaminhar o voto contrário à aprovação desse requerimento recomendando que o autor poderá, utilizando os preceitos constitucionais, protocolar um requerimento igual a esse diretamente ao Presidente do Tribunal de Justiça, no protocolo do Tribunal de Justiça, para que ele possa obter diretamente do Tribunal essas informações nos termos constitucionais. Creio que este é um tema que envolve, efetivamente, o Parlamentar e o Sr. Álvaro Quadros Neto.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Queria que se registrasse que já foi encaminhado este projeto. Senão, volta amanhã novamente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência alerta aos Srs. Deputados que a chamada nominal pode ser requerida a qualquer momento. Em votação o requerimento. **Aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Solicito verificação de votação, com chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Ney Leprevost)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

Vinte e seis Deputados presentes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há quórum para votação. O requerimento será votado amanhã e não será permitido o encaminhamento do mesmo.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, á hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 667, 708, 727 e 774/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 785, 786 e 810/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 656 e 728/07.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 069/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:***Comissão Executiva******Atos*****ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 193/07**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover LUIZ OTTAVIO VEIGA GRECA, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 199/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover RICARDO CARVALHO CORREA, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 2049/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo

em vista o que consta do processo protocolado sob n° 10074, datado de 02 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover LEILA CRISTINA PASCOAL, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Duílio Genari, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 2050/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 10522, datado de 15 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JAIR ARAUJO MACHADO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 2052/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 10523, datado de 15 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover FLAVIO SOUZA GIMENES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 2053/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 10519, datado de 15 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover VITOR BERNARDO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2054/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10520, datado de 15 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MARIO MITUO DOS SANTOS DIAS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2055/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10521, datado de 15 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MARIA CRISTINA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2056/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10510, datado de 15 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MARCELO SGUARIO FADEL, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2057/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10509, datado de 15 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover LUZIA MONTEIRO FRANCO, para exercer cargo em Comissão, junto a Biblioteca, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2058/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10511, datado de 15 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover LEONARDO ALBERTO DE SOUZA, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2061/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10380, datado de 10 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover VALERIA ALBERTI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2063A/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10512, datado de 15 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover RICARDO RODRIGUES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2076/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10748, datado de 22 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover FLAVIO LUIZ MAIORKY, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2077/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10632, datado de 17 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover LUIZ ANTONIO ZAWILINSKI, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2078/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10750, datado de 22 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover GENARD DE ALBUQUERQUE BARRETO, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2080/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10393, datado de 10 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MAIR SOARES DE BRITO, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2081/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10734, datado de 22 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover CELINA GORDIANO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Antonio Anibelli, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2082/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10951, datado de 29 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MICHAEL DAVID CARVALHO, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2083/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10758, datado de 22 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ELISANDRO LUIZ FANTON, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Augustinho Zucchi, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2085/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10568, datado de 16 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JOAREZ BUENO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2087/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10386, datado de 10 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover VALDECIR MARTINS DOS SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Beti Pavin, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2088/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10952, datado de 29 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover HEBERTY ALEXANDRE IANKAUSKAS, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2089/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover SERGIO ALEXANDRE IANKAUKAS JR., para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2091/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10745, datado de 22 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ALEXANDRE DE AQUINO BASTOS, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2092/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10371, datado de 10 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MARIA DA PENHA MELO CALIL, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Dr. Batista, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2093/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10369, datado de 10 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover DAISY HIROKO KOJIMA DE MATTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Dr. Batista, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2094/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10370, datado de 10 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover TOMOSHIGUE TAZIMA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Dr. Batista, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2095/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10508, datado de 15 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MARIA ROSA CHAVES KUNZLE, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS2, junto ao Gabinete do Deputado Tadeu Veneri, deste Poder, a partir de 01 de outubro de 2007, ficando a mesma autorizada a prestar serviços Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2096/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10388, datado de 10 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover SIDNEI AUGUSTO KARAS, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS5, junto ao Gabinete do Deputado Reni Pereira, deste Poder, a partir de 01 de outubro de 2007, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2097/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10363, datado de 10 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover VALMIR ROZA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2098/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10363, datado de 10 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover EDUARDO ALVES DA CRUZ, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2099/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10390, datado de 10 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover LUIZ SIDNEY KREMER, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Ney Leprevost, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2100/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10392, datado de 10 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover VILSON APARECIDO LUIZ, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2101/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10391, datado de 10 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover LAURA TEREZA FERREIRA DE LIMA THEODORO, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2102/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10394, datado de 10 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover YURI MIRAYL PONESTK MORAES, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2103/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10410, datado de 10 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover KENY BRAYAN NIEDZWIEDZ, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Dobrandino da Silva, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2104/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10375, datado de 10 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover LETICIA BIANCHET, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2105/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10376, datado de 10 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ISMAIL DA ROSA NETO, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2106/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10664, datado de 18 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MARCELO DE OLIVEIRA FRANCO, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2107/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10665, datado de 18 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MARGARIDA ROSA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2108/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10735, datado de 22 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover CARLA MENDES HIDALGO DE OLIVEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2109/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10746, datado de 22 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover VALFRIDO KELM, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS2, junto ao Gabinete do Deputado Durval Amaral, deste Poder, a partir de 01 de outubro de 2007, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2110/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10754, datado de 22 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ISACK LUIZ ROLIN AZI, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2111/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10753, datado de 22 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover LUISA HELENA MARQUES FRANCO, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2112/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10755, datado de 22 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover SILVIA ALVES FERREIRA, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2113/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10953, datado de 29 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover CRISTIANE DA CRUZ BUZATO, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2114/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10954, datado de 29 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ANTONIO WILSON CAMARGO JUNIOR, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2115/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover GINA PREVEDELO PEQUENO, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2116/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover SERGIO FURQUIM FILHO, para exercer cargo em Comissão, junto a Diretoria Geral, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2051/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10516, datado de 01 de fevereiro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, NATHALIA BRAZ BARREIROS, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2060/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10380, datado de 10 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, VALERIA ALBERTI, do cargo em Comissão, do Gabinete da Deputada Beti Pavin, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2062/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10563, datado de 16 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ELIDE CAMACHO DE SOUZA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Waldyr Pugliesi, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2079/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, MAIR SOARES DE BRITO, do cargo em Comissão, do Gabinete da Liderança do Partido Democratas, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2084/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JUAREZ BUENO, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2086/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, VALDECIR MARTINS DOS SANTOS, do cargo em Comissão, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2090/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ALEXANDRE DE AQUINO BASTOS, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Durval Amaral, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2117/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10757, datado de 22 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, HAROLDO DONIZETI BEBBER, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Augustinho Zucchi, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2118/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10949, datado de 29 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MARIA LUCIA MULLER SAROLLI, do cargo em Comissão, do Gabinete da Presidência, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2119/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10407, datado de 10 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MARCOS AUGUSTO RENAUD, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Dobrandino da Silva, a partir de 31 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2120/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10409, datado de 10 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ANA PAULA ROCCO SALLES, do cargo em Comissão, do Gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2121/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10395, datado de 10 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, TATIANA PEREIRA RODRIGUES, do cargo em Comissão, do Gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2122/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10565, datado de 16 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MARCELO PUPIO, do cargo em Comissão, do Gabinete da Administração, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2123/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10379, datado de 10 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ALICIANA GUGELMIN, do cargo em Comissão, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2124/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10749, datado de 22 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MARIA DE LOURDES DA CONCEIÇÃO, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Cleiton Kielse, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2125/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10756, datado de 22 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, FLAVIA RIBAS FERREIRA, do cargo em Comissão, do Gabinete da Administração, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2126/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10593, datado de 16 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ANTONIO DOS SANTOS SOARES, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Luiz Nishimori, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2127/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01020, datado de 10 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MARISA MOTTI, do cargo em Comissão, do Gabinete da Administração, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2128/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10567, datado de 16 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, EDER MARCOS DE MAGALHÃES, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2129/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 09974, datado de 27 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, PAULO ROBERTO CHARAVARA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2130/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 09973, datado de 27 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JULIANE CASTILHO ROCHA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2131/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 09978, datado de 27 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, TAMARA PAULA MARCHINSKI, do cargo em Comissão, do Gabinete da Administração, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2132/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 09977, datado de 27 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, VINICIO GARCIA SILVA, do cargo em Comissão, do Gabinete da Administração, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2133/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10507, datado de 15 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ANTENOR MARTINS DE LIMA FILHO, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Tadeu Veneri, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2134/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10514, datado de 15 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ALEX OLIVEIRA DE ABREU, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2135/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10373, datado de 10 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, SALIM CALIL, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Dr. Batista, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2136/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 09976, datado de 27 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, PRISCILLA KOSIAK POITEVIN, do cargo em Comissão, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2137/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 09975, datado de 27 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, EMERSON SILVERIO DA SILVA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2138/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, LUIZ CARLOS BERGER, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2139/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, NATHALIA BRAZ BARREIROS, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2140/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ANTONIO MONTEIRO DE ARAUJO NETO, do cargo em Comissão, do Gabinete da Liderança do PP, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2141/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, EDUARDO NEVES TEIXEIRA, do cargo em Comissão, do Gabinete da Presidência, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2142/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, LUANA DA SILVA BORSARI, do cargo em Comissão, do Gabinete da Presidência, a partir de 01 de outubro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1613/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5818, datado de 12 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a MARIA LUCIA FERNANDES SANTOS, matrícula nº 40587, portadora do RG nº 3.939.089-PR e do CPF nº 610.630.459-91, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, admitido em 09 de julho de 1985, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Coordenadoria de Estudos e Promoções, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei nº 6174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compre-

endido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2146/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10861, datado de 24 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a LEONOR DE CARVALHO CAVALCANTI, matrícula nº 40331, portadora do RG nº 1.374.177-PR e do CPF nº 199.329.289-68, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitindo em 01 de março de 1984, ocupante do cargo de Telefonista, nível NBA-03, lotada no Setor da Telefonia, três meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 22 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2147/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10866, datado de 25 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a IARA DE OLIVEIRA, matrícula nº 40302, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-03, lotada na Diretoria Legislativa, três meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data esco-

lhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2148/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10659, datado de 18 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a CELIA REGINA FERREIRA DOS SANTOS, matrícula nº 40942, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Datilógrafo, nível NTC-02, lotada na Diretoria de Serviços Especiais, três meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 249/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11111, datado de 01 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar, anotar, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, na ficha funcional de MARYANE BARROS OLIVEIRA, matrícula nº 40470, portador do RG nº 3.006.668-5-PR e do CPF nº 757.661.169-34, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01 de abril de 1989, exercendo o cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-01, lotada no Setor da Biblioteca, os tempos contidos na certidão do INSS, em que prestou serviços a: De Bernt Entschew & Cia Ltda., por dois (02) meses e vinte e seis (26) dias, período de 01 de março de 1988 a 16 de maio de 1988; Barradas Imóveis Ltda., por três (03) meses e vinte e seis (26) dias, período de 01 de junho de 1988 a

16 de setembro de 1988, contados para efeito de aposentadoria e disponibilidade, de acordo com o parágrafo 9º, do artigo 201, da Constituição Federal; e ao Estado do Paraná, por dois (02) anos, dez (10) meses e vinte (20) dias, período de 12 de março de 1984 a 31 de janeiro de 1987, contado para todos os efeitos legais, nos termos do artigo 129, inciso I, da Lei nº 6174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.11.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 250/07

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11280, datado de 07 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, MARYANE BARROS DE OLIVEIRA, matrícula nº 40470, de cento e oitenta (180) dias, a partir de 11 de novembro de 2007, CID. X.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.11.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 251/07

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11461, datado de 13 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, à disposição de ROBERTO ADAMS GONÇALVES DIAS, a Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, matrícula nº 40288, para continuar prestando serviços junto a Administração desse Poder Legislativo, até 31 de dezembro de 2007, nos termos da cedência anterior.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.11.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 252/07

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11160, datado de 05 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar, o funcionário deste Poder Legislativo, BENIGNO ADIRSO LEPKA, matrícula nº 40516, a disposição do Gabinete Parlamentar, do Deputado Nereu Moura, a partir de 30 de outubro de 2007.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30.10.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 253/07

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em

vista o que consta do processo protocolado sob nº 11520, datado de 13 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a AIRTON COSTA LOYOLA, Procurador Geral desta Assembleia, matrícula nº 1653, trinta (30) dias de férias, referente ao exercício de 2006, a serem usufruídas de 19 de novembro de 2007 a 18 de dezembro de 2007.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.11.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Portaria DAT

PORTARIA Nº 254/2004 - DAT

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 15339 de 22 de dezembro de 2006.

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 15339 de 22 de dezembro de 2006 nas rubricas abaixo.

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
31909400	2000	100	2.020.430,00
31901600	2000	100	2.200.000,00
			4.220.430,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
3190 1100	2000	100	4.120.430,00
3190 1300	2000	100	100.000,00
			4.220.430,00

Gabinete da Diretoria Geral, 20.11.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto: ALEXANDRE CURI - Primeiro Secretário

Ata de Comissão

Tomada de Contas

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e sete, às

onze horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua nona Reunião Ordinária, com a presença dos Srs. Deputados componentes da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição nº 114/07 - Submeter à aprovação da verba que compõe o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de outubro de 2007. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos, passando a palavra ao Sr. Deputado Dobrandino da Silva, Relator da Proposição nº 114/07, que trata da prestação de contas da verba relativa aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de outubro de 2007, conforme Resolução nº 003/04, de 15 de março de 2004. De acordo com a matéria analisada, decidiu o Sr. Relator, que as contas apresentadas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, dada à sua exatidão, já que atendem a legislação em vigor, deliberando pelo parecer FAVORÁVEL, no que foi acompanhado por todos os Srs. Deputa-

dos presentes. Nada mais havendo a tratar, o Srs. Presidente encerrou a reunião e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados e, por mim, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária

Publicações Administrativas:

Resultado de Pregão Eletrônico

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 017/07

Modalidade: Pregão Eletrônico 017/07 - Protocolo 10280/07.

Objeto: Aquisição de materiais diversos, conforme abaixo:

Lote	Empresa Vencedora	Especificações	Valor
1	Linhares Vídeo e Foto Visuais Ltda.	10 Fitas Betacam Digital de 94 minutos; 750 Fitas Betacam SP de 30 minutos; 485 Fitas Betacam Digital de 32 minutos;	48.535,00
2	Papel Com. Papelaria e Informática Ltda.	1.000 Unidades de grampo trilho de plástico; 2.000 Bobinas para fax ou papel térmico para fax, 216mm X 30m, acondicionadas em caixas com vinte unidades cada; 10 Caixas de carbono filme, cada caixa com 100 folhas; 10 Caixas de carbono comum, cada caixa com 100 folhas; 1.000 Unidades de pincel atômico, cores variadas; 1.000 Unidades de pasta suspensa Kraft plastificada; 1.000 Unidades de pincel marca texto, cor amarela.	8.297,00
(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO.			

